



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARILÂNDIA BARBOSA PALMEIRA

**IGREJA, CIDADE E PATRIMÔNIO: A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA
CONCEIÇÃO EM CAMPINA GRANDE-PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2011

MARILÂNDIA BARBOSA PALMEIRA

**IGREJA, CIDADE E PATRIMÔNIO: A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA
CONCEIÇÃO EM CAMPINA GRANDE-PB**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para
conclusão do curso.

ORIENTADORA: Prof^a Ms.^a Maria José Silva Oliveira / UEPB

CAMPINA GRANDE – PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

P172i Palmeira, Marilândia Barbosa
Igreja, Cidade e Patrimônio [manuscrito]: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Campina Grande – PB / Marilândia Barbosa Palmeira. – 2011.

77 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Me. Maria José Silva Oliveira, Departamento de História”.

1. Igreja 2 Cidade 3. Patrimônio. I. Título.

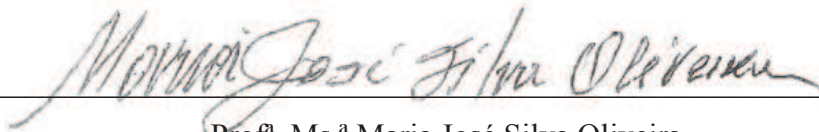
21. ed. CDD 270

MARILÂNDIA BARBOSA PALMEIRA

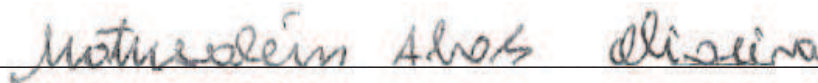
**IGREJA, CIDADE E PATRIMÔNIO: A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA
CONCEIÇÃO EM CAMPINA GRANDE-PB**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para
conclusão do curso.


Aprovado em : 22/ 06/ 2011



Prof.^a Ms.^a Maria José Silva Oliveira
Orientadora



Prof. Ms. Matusalém Alves Oliveira
Examinador



Prof. Ms. Wellington Wanderley Gonçalves de Lima
Examinador

Dedicatória

Dedico aos meus pais que sempre foram a minha fonte inspiradora para conseguir ultrapassar todos os obstáculos e vencer.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela oportunidade que me deu para a realização deste e de tantos outros sonhos da minha vida, um **Deus** sem o qual eu não seria ninguém.

Aos meus pais, Samuel e Maria Aparecida, que na arte de viver sempre serão meus orientadores, me deram a vida e ensinaram-me a viver com dignidade.

A minha irmã Marinalva que vive por muitos instantes o meu querer como profissional.

Ao meu esposo Hermes que eu tanto amo, por fazer parte da minha vida, por sempre ter me ajudado em tudo e por me incentivar a todo instante.

A todos os meus familiares pelo afeto e convívio compartilhado, os quais fizeram com que me torna-se a pessoa que sou.

À Professora e Orientadora Maria José Silva Oliveira pela colaboração e pela disposição em me ajudar na realização deste.

A todos os professores do curso de História que transmitiam seus conhecimentos conduzindo-me ao aprendizado.

Aos colegas de curso e em especial a Gilsandra e Ana Carolina, pelo companheirismo e amizade, que compartilhamos durante esta caminhada.

RESUMO

Este estudo busca saber qual a importância da Igreja como patrimônio das cidades, dando ênfase Catedral de Nossa Senhora da Conceição como Igreja e Patrimônio. Especificamente, o referido estudo pretende discursar sobre a evolução da Igreja Cristã ao longo do tempo e sua influência no contexto político e social das cidades, através do processo de estruturação do patrimônio eclesial no mundo, bem como no Brasil; além disso, será realizada uma pesquisa historiográfica sobre o desenvolvimento de Campina Grande mostrando a contribuição da Igreja neste processo e, por fim, mostrar a riqueza do patrimônio histórico-cultural da Catedral de Nossa Senhora da Conceição e sua importância como bem material e imaterial para a cidade de Campina Grande-PB. Através da pesquisa, constatou-se que a Igreja sempre fez parte do contexto urbano, tendo participações variáveis. No início sofria perseguições que impunham aos seus membros realizarem suas reuniões de forma oculta. Contudo, sua evolução dentro dos diversos períodos históricos mostra que ela teve uma influência direta no desenvolvimento das cidades. Na Idade Média foi considerada a religião oficial do império romano, no qual a tornou poderosa e a partir de então foi construído seu patrimônio através de Igrejas, Mosteiros, Catedrais entre outras obras arquitetônicas que se tornaram monumentos históricos ao longo do tempo. No Brasil, a Igreja veio junto com os colonizadores e participou diretamente no processo de urbanização das cidades, não só realizando serviços religiosos, mas, também, tendo uma influência nos aspectos políticos e sociais de forma contundente e efetiva. Com relação à Campina Grande, foi a partir do surgimento do povoado de Campina Grande, em 1697, que a Igreja, de imediato, tratou de construir uma Capela para realizar as celebrações religiosas e, principalmente, catequizar índios e escravos. Ao longo do tempo, a Igreja sempre teve uma presença marcante em Campina Grande e participou de todas as etapas de desenvolvimento histórico desta cidade. Na evolução da Igreja como templo religioso em Campina Grande, a pequena Capela tornou-se Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e, após algumas reformas arquitetônicas e melhoramento em suas obras de arte-sacra, tornou-se Catedral de Nossa Senhora da Conceição em 1949. Sua rica arquitetura construída no estilo neoclássico tem uma importância não só artística, mas, principalmente cultural; o seu conjunto de arte-sacra mostra não só a beleza esculpida pelo artista, mas, também, se refere aos simbolismos cristãos com um significado sacro de imenso valor.

Palavras-chave: Igreja. Cidade. Patrimônio. Catedral de Nossa Senhora da Conceição.

ABSTRACT

This study seeks to know the importance of the Church as a heritage of cities, emphasizing the Cathedral of Our Lady of Conception as Church and Heritage. Specifically, the study plans to speak about the evolution of the Christian Church over time and its influence on political and social context of cities, through the process of structuring the ecclesiastical heritage in the world, as well as in Brazil, in addition, there will be a historical research on the development of Campina Grande showing the Church's contribution in this process and, finally, show the wealth of historic and cultural heritage of the Cathedral of Our Lady of Conception and its importance as well material and immaterial to the city of Campina Grande PB. Through research, we found that the Church has always been part of the urban context, with variable interest. At first they suffered persecution imposed on its members hold their meetings in hidden ways. However, its evolution within the various historical periods shows that she has had a direct influence on the development of cities. In the Middle Ages was considered the official religion of the Roman Empire, which became a powerful and since then has built its heritage through churches, monasteries, cathedrals and other architectural works that have become historical monuments over time. In Brazil, the Church came with the colonists and participated directly in the process of urbanization of the cities, not only performing religious services, but also having an influence on political and social issues forcefully and effectively. With respect to Campina Grande, was from the emergence of the town of Campina Grande, in 1697, the church, immediately proceeded to build a chapel to conduct religious celebrations, and especially catechize Indians and slaves. Over time, the Church has always had a strong presence in Campina Grande and participated in all stages of development of this historical city. In the evolution of the Church as religious temple in Campina Grande, a small chapel became the parish of Nossa Senhora da Conceição, and after some reforms and improvement in their architectural works of art of the Cross became the Cathedral of Our Lady of Conception in 1949. Its rich architecture built in the style neoclássico has an importance not only artistic, but mainly cultural, the whole art of the Cross not only shows the beauty carved by the artist, but also refers to Christian symbolism with a sacred meaning of immense value.

Keywords: Church. City. Heritage. Cathedral of Our Lady of Conception.

TABELA DE FIGURAS E QUADRO

Figura 01. Ilustração da primeira Igreja de Campina Grande-PB, em 1701	35
Figura 02. Paço Municipal, ao lado da Igreja Matriz de Campina Grande – 1879	41
Figura 03. Padre Luiz Francisco de Sales Pessoa (Monsenhor Sales)	43
Figura 04. Matriz Nossa Senhora da Conceição – século XIX	44
Figura 05. Estação Ferroviária de Campina Grande – 1907	46
Figura 06. Chegada da luz elétrica à Campina Grande – 1920	47
Figura 07. Projeto de reestruturação das ruas de Campina Grande.....	49
Figura 08. Vista externa da Catedral de Campina Grande	59
Figura 09. Passarela da Catedral de Campina Grande	60
Figura 10. Arcos internos da Catedral.....	61
Figura 11. Altar-Mor da Catedral de Campina Grande.....	62
Figura 12. Afrescos da Catedral feitos em 1935 que desapareceu após um incêndio.....	63
Figura 13. Destaque para o relógio da Matriz	64
Figura 14. Pia Batismal da Catedral de Nossa Senhora da Conceição.....	65
Figura 15. Jesus Morto, Jesus dos Passos e Jesus Ressuscitado	66
Figura 16. Imagens doadas em comemoração aos 50 anos da Diocese	67
Figura 17. Arte Sacra no estilo vazado na Catedral	67
Figura 18. Vitrais encontrados na Capela do Santíssimo na Catedral.....	68
Figura 19. O Sacrário e o Medalhão encontrados na Capela do Santíssimo Riqueza de detalhes	70
Quadro 01. Principais ruas de Campina Grande – ontem e hoje	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPITULO I - IGREJA E CIDADE	13
1.1 O INÍCIO DA IGREJA E SUA RELAÇÃO COM AS CIDADES	14
1.2 A IGREJA NA IDADE MÉDIA	18
1.3 A IGREJA NA IDADE MODERNA	22
1.4 PRESENÇA DA IGREJA NO BRASIL	28
CAPITULO II - A IGREJA E CAMPINA GRANDE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA	31
2.1 A COLONIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE	33
2.2 A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA ORIGEM DE CAMPINA GRANDE.....	34
2.3 A IGREJA E A VILA.....	36
2.4 A IGREJA E A CIDADE	39
2.4.1 A Reforma do Prédio da Matriz no Século XIX	42
2.4.2 Processo de Desenvolvimento e Urbanização de Campina Grande no Século XX.....	45
2.4.3 Criação e Desenvolvimento da Diocese de Campina Grande.....	50
CAPÍTULO III - A IGREJA COMO PATRIMÔNIO	54
3.1 A CATEDRAL DE CAMPINA GRANDE ENQUANTO PATRIMÔNIO	55
3.1.1 Arquitetura da Catedral	54
3.1.2 O Relógio da Catedral.....	63
3.1.3 Pia Batismal da Catedral	65
3.1.4 Imagens da Catedral	66
3.1.5 Vitrais da Catedral	68
3.1.6 Capela do Santíssimo da Catedral	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

A relação entre a Igreja e os Centros Urbanos existiu desde os primórdios da Igreja Cristã e deve-se entender a concepção e o significado dos dois termos para entender a sociedade cristã de forma abrangente, a qual já se delineava desde os primeiros anos de existência das comunidades durante o período da “Igreja Primitiva”, tendo a fé como vínculo e fundamento.

Desta forma, a Igreja Cristã, inicialmente, se fez presente na construção das cidades tendo como representatividade as comunidades fundadas pelos apóstolos de Jesus Cristo com o intuito de difundir os ensinamentos do reconhecido profeta, utilizando a evangelização como argumento para converter as pessoas. As comunidades fundadas se tornaram permanentes e faziam parte da cidade, mesmo que de forma oculta, pois sofriam perseguições.

A esse respeito Medeiros (2006) afirma que, desde a sua origem, a partir do acontecimento de Pentecostes, a Igreja de Cristo surge como corpo sagrado em comunidades que se reuniam para celebrar a Palavra de Deus em grutas e em locais ocultos evitando assim a perseguição dos romanos que não aceitavam a doutrina cristã como religião. Apesar disso, a relação que a Igreja tem com a cidade sempre se deu de forma colaborativa.

No entanto, o patrimônio da Igreja cristã começou a ser construído a partir de sua oficialização como religião pelos romanos na Idade Média, tendo como denominação Igreja Católica Apostólica Romana. A partir de então inicia uma nova etapa do cristianismo com a formação de seu patrimônio físico e cultural sem deixar de lado o seu patrimônio imaterial através dos símbolos e rituais que fazem parte do corpo eclesial da Igreja de Cristo.

Após ser reconhecida como religião oficial do governo romano, a Igreja Cristã utilizou sua influência junto aos poderes constituídos fazendo com que a mesma se tornasse uma poderosa instituição dentro do cenário político e social do ocidente. Desta forma, cada vez mais foram construídos templos e catedrais principalmente nos estilos romântico, gótico e barroco durante os diversos períodos da história.

Segundo Alva (2005), a Igreja constituiu-se na instituição mais poderosa na sociedade medieval ocidental, sobre a qual exerceu influência marcante, tendo o Papa se tornado o dirigente supremo da cristandade ocidental.

Foi através deste poder supremo que a Igreja Cristã se espalhou pelo mundo durante a Idade Moderna chegando até o Brasil, através dos colonizadores portugueses. A cidade de Salvador foi local onde foi construída a primeira Igreja Cristã no Brasil, sendo a partir de

então construídas outras milhares em todo território brasileiro pertencente na época, a Coroa Portuguesa.

Pode-se afirmar que grande parte do território brasileiro foi colonizado com a participação direta da Igreja Cristã que tinha a incumbência de não só evangelizar, mas, também, formar o chamado núcleo urbano que se transformaria no futuro em cidades.

É importante destacar que essa influência que a Igreja teve na formação das cidades brasileiras não se limitou apenas na estrutura física, ou seja, na arquitetura urbana, mas, também, se deu no âmbito político e social, com uma participação efetiva nos diversos acontecimentos históricos do país.

Em Campina Grande, a Igreja se instalou em 1698, um ano após o início da colonização do então povoado do sítio “Campina Verde”. Assim como todas as Igrejas no Brasil, seu início se deu através de uma pequena capela que, ao longo do tempo, passou por muitas transformações até se tornar Catedral Diocesana de Nossa Senhora da Conceição.

Neste sentido, Câmara (1999) afirma que, quando Campina Grande ainda era um povoamento, formou-se uma capela que abrigava missionários religiosos que realizavam trabalhos de catequização dos índios e escravos, bem como celebrações para os viajantes que por ali passavam. Logo se tornou Paróquia denominada Nossa Senhora da Conceição, nome, o qual é chamada até hoje.

Como templo religioso a Igreja de Nossa Senhora da Conceição participou diretamente de todas as fases no desenvolvimento da cidade de Campina Grande. E, nessa trajetória, não podemos esquecer o esforço de figuras religiosas expressivas como Padre Virgínio Campêlo, Padre Gonçalves Ouriques, Vigário Calixto, Padre Luiz Francisco de Sales Pessoa (Monsenhor Sales), Padre João Barbosa de Góis, Padre José Bonifácio, Padre Antônio Nóbrega de Albuquerque entre outros que se doaram sem medidas participando dos diversos momentos da história de Campina Grande.

Pode-se acrescentar ainda que durante mais de três séculos de existência da cidade de Campina Grande, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição faz parte de sua história, tendo uma influência marcante no crescimento urbano e social da cidade. Sua importância como instituição e patrimônio contribuiu na construção histórica não só campinense como paraibana.

Esse ano, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição completa 62 anos como sede Diocesana. Seu patrimônio, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), tem uma importância não apenas simbólica e histórica, mas,

principalmente cultural, através de sua arquitetura barroca esplendorosa e o seu conjunto de arte-sacra constitui-se numa riqueza sem precedente para a cidade de Campina Grande.

Neste contexto, Câmara (1999) afirma que a cultura histórica e religiosa de Campina Grande teve grande influência da Igreja na evolução social, moral, cultural e econômica desta cidade.

Desta forma, é importante fazer um levantamento sobre a participação e a importância da Igreja Nossa Senhora da Conceição na construção e no processo de desenvolvimento da cidade de Campina Grande.

Ao optar em concentrar essa pesquisa na esfera do patrimônio religioso, o referido estudo apoia-se na influência da Igreja de Nossa Senhora da Conceição na formação urbana da cidade de Campina Grande, bem como de sua existência como patrimônio histórico-cultural. Além disso, busca ainda compreender o papel da instituição religiosa na formação da sociedade que é fundamental no processo de estruturação das cidades.

Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa é procurar saber qual a importância da Igreja como patrimônio das cidades, dando ênfase Catedral de Nossa Senhora da Conceição como Igreja e Patrimônio. No que se refere aos objetivos específicos, o referido estudo pretende expor a evolução da Igreja ao longo do tempo e sua influência no contexto social das cidades, através do processo de estruturação do patrimônio eclesial; além de realizar um levantamento historiográfico sobre o desenvolvimento de Campina Grande mostrando a contribuição da Igreja neste processo e, por fim, mostrar a riqueza do patrimônio histórico-cultural da Catedral de Nossa Senhora da Conceição e sua importância como bem material e imaterial para a cidade de Campina Grande-PB.

Para tanto, foi realizada uma fundamentação teórica que está disposta em três capítulos que descrevem sobre o tema em questão. O **Capítulo I - Igreja e Cidade** irá descrever a evolução da Igreja ao longo do tempo e sua relação com a cidade; o **Capítulo II - A Igreja e Campina Grande: Evolução Histórica** discorrerá sobre a participação da Igreja na origem e desenvolvimento de Campina Grande e, finalmente no **Capítulo III - A Igreja como Patrimônio** procura mostrar a importância da Igreja como patrimônio histórico-cultural e expõe a riqueza patrimonial da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, através de sua estrutura arquitetônica e o seu conjunto de arte-sacra.

Na realização deste estudo, será utilizada uma metodologia que se baseia na pesquisa bibliográfica, tendo como fonte livros, revistas, artigos, jornais, sites etc. Com relação à obtenção dos dados, será realizada uma abordagem exploratória dos dados históricos de forma cronológica. Trata-se de uma pesquisa histórica com relatos expressivos de autores como

Epaminondas Câmara, Elpídio de Almeida, Ronaldo Dinoá, Bárbara Pereira Mançanares, Suênia Maria Nascimento de Araújo, entre outros que discorrem sobre a história de Campina Grande, bem como a trajetória da Igreja e sua influência no desenvolvimento das cidades.

Ao final do estudo, serão expostas as considerações finais sobre os dados mencionados na pesquisa, através de uma análise sobre os objetivos propostos.



CAPITULO I

IGREJA E CIDADE

1.1 O INÍCIO DA IGREJA E SUA RELAÇÃO COM AS CIDADES

A Igreja como símbolo de união de pessoas em torno de um propósito de fé, tem sua origem no acontecimento de Pentecostes, no qual ela surge como missionária e passa a caminhar fazendo-se presente na história da humanidade. Esse fato marca, sem dúvidas a criação de um novo período, a chamada era cristã.

Etimologicamente, a palavra Igreja vem do grego *Ekklesia* e tem o significado de “alguém que é chamado para fora” e não está ligado diretamente a questões religiosas, mas é uma designação que se refere a uma reunião da assembleia, onde tratava-se de vários assuntos públicos de um Estado livre (BINOW, 2009).

Esta definição está ligada diretamente a Igreja Cristã, pois o termo Igreja era usado pelos apóstolos de Jesus Cristo, tendo como principal característica a reunião de pessoas em torno de um objetivo, a missão de levar a todos os povos a “boa nova”. Portanto, os apóstolos usam o termo igreja, isso significava originalmente, grupo, assembleia, um determinado grupo de pessoas que formavam uma comunidade (XIMENES, 2008).

Sendo assim, a presença da Igreja na cidade vem desde a sua origem, pois a Igreja, através dos apóstolos se organizava em grupos, conhecidos como comunidades que se localizavam nas cidades, mesmo que de forma oculta, em lugares subterrâneos, não propriamente como uma religião, mas tendo o sentido de união e a profissão de fé deixada por Jesus Cristo.

Com relação às cidades pode-se dizer que eram geralmente construídas em lugares de fácil defesa, onde houvesse boa quantidade de água e próximo a rotas comerciais importantes. Eram essas localidades que os apóstolos visitavam em suas viagens missionárias, fundando na maioria das vezes, comunidades, nas quais se fortaleciam com a conversão de fiéis através do anúncio da mensagem de Jesus Cristo.

[...] Não poderíamos entender a origem do cristianismo sem falarmos da força da comunidade, pois é ela a responsável pela missão. Aquele que é enviado prolonga a missão da comunidade. A comunidade se reunia, rezava, impunha as mãos enviando os que partem em missão (MEDEIROS, 2006, p. 11).

Desta forma, foi através do cristianismo que a Igreja fez se presente nas comunidades de forma mais intensa. Nesse período, a igreja era sinônimo de pessoas em torno da missão, sendo alimentadas pela Palavra de Deus, anunciada através do Espírito Santo, em Pentecostes. Porém, no início do cristianismo a Igreja era bem diferente das igrejas atuais, porque elas

eram isentas de religião. Era um só povo, com uma só doutrina. Não tinha nome porque a palavra Igreja já era o nome próprio desse povo, era considerado um agrupamento de pessoas em busca do propósito de evangelizar, ou seja, transmitir o exemplo de Cristo a todos que precisassem.

Através do cristianismo a Igreja caracterizou-se como uma comunidade de pessoas que se reúne em um espaço em busca de um propósito de fé. Segundo Norton (2010), o conteúdo desta comum-união é a participação no Espírito de Cristo, que gera o corpo social e místico que é a comunidade cristã. O Espírito não precisa de outro templo senão a pessoa humana e a comunidade. Já o corpo social tem necessidade de um lugar de encontro, de acolhimento, de celebração da fé, de trabalho - necessita de um edifício na cidade.

Constata-se, portanto, que a Igreja passa a existir de fato com Jesus Cristo, não que o mesmo pregasse a necessidade de se fazer Igreja, porém a sociedade a quis como base para que seus pensamentos e crenças fossem fortificados através da mesma. Os apóstolos de Jesus fundaram a Igreja, baseados nas pregações que Jesus deixou aos homens de continuarem a fazer sua obra.

Esse é o início da “Igreja Primitiva”, surgindo do cruzamento das culturas hebraicas e helenística, após o acontecimento de Pentecostes, quando os apóstolos em cumprimento à mensagem de Jesus Cristo – “Ide e pregais o evangelho a toda a criatura” (Mc 16, 15) – criaram as primeiras comunidades cristãs em uma união completa, porém tiveram que viver escondidos devido as perseguições do Império Romano, ficando conhecido como período “Apostólico”.

A respeito disso, segundo Leite (2010), a igreja de Jesus Cristo iniciou sofrendo muitas perseguições do Império Romano. Os apóstolos foram presos, alguns apedrejados, outros mortos e tudo isto porque eles davam testemunho de Jesus Cristo.

Contudo, os cristãos se estruturavam e a igreja crescia e a atuação dos apóstolos provocaram mudanças nas cidades e no sistema, pois, além de inspirados pelo Espírito Santo, muitos deles eram intelectuais que tinham conhecimentos em diversas áreas (SANTOS, 2002).

Foi através dessa estruturação que diversas cidades, além da cidade de Jerusalém, acolheram a “igreja de Cristo” e eram denominadas de comunidades, como está descrito nos Atos dos Apóstolos. Existiam a comunidades de Gálatas, Tessalonicenses, Filipenses, Colossenses, Romanos, Coríntios, Efésios entre outras. Todas organizadas em cidades (BÍBLIA SAGRADA, 2001).

Os apóstolos levaram o evangelho através da igreja a outras localidades. Pedro visitou as principais cidades da Palestina, pregando tanto a judeus como aos gentios. Outros foram para diversas cidades como Fenícia, Chipre e Antioquia da Síria onde estabeleceram congregações (PACKER; TENNEY; WHITE JR., 2006).

Segundo o historiador Harnack em fins do século I já existiam cristãos em umas 20 cidades do ocidente e numas 70 cidades do Oriente (MEDEIROS, 2008).

Apesar desse crescimento, como já foi citado, no Império Romano a Igreja enfrentaria os seus piores obstáculos através de perseguições movidas, primeiro de forma esporádica e depois de forma sistemática, com a finalidade de extirpar o cristianismo da face da terra.

A esse respeito, Santos (2002) afirma que essas perseguições perduraram desde o século I até o século IV e os principais antagonistas da igreja foram o imperador Nero, no século I, Décio no ano 250 d.C.; e Valeriano entre os anos de 253-260 d.C. e a maior, mais violenta e última a de Diocleciano entre 303 e 304 que tinha por objetivo declarado acabar com o cristianismo e a Igreja.

No entanto, esse foi o período que o cristianismo mais se desenvolveu, devido a vários acontecimentos que favoreciam esse crescimento, entre eles pode-se destacar a política religiosa dos imperadores, pois o império era tolerante com as religiões (MEDEIROS, 2008).

O Cristianismo desenvolveu-se dentro do quadro político-cultural do Império Romano. Durante três séculos o Império Romano perseguiu os cristãos (época das perseguições), porque a sua religião era vista como uma ofensa ao Estado representava outro universalismo e proibia os fiéis de prestarem culto religioso ao soberano. Aos poucos se propagou em Roma e pelo império (SANTOS, 2002, p. 32).

Com o crescimento do cristianismo nas comunidades formadas nas cidades, surgem as congregações que tinham um caráter de igreja, pois havia reuniões que se equiparavam as celebrações cristãs (conversão à fé em Cristo, o batismo, o dom do Espírito de Pentecostes, a Celebração Eucarística, o amor operante e comunitário); além da pregação da mensagem de Cristo e eram consideradas “igrejas locais”. Para Watterson (2007) a igreja local caracteriza-se com um templo onde Deus habita. Por isto, diz o trecho, a igreja local é algo santo (ou “sagrado”). Algo que deve ser separado do mundo ao redor (inclusive do mundo religioso), pois ali (e só ali) Deus quer habitar e receber o louvor do Seu povo. Esse local sagrado é também conhecido como Templo e sua finalidade é reunir as pessoas em um só lugar.

A esse respeito, estudos arqueológicos recentes afirmam que a primeira igreja cristã do mundo foi construída no século I d.C., por volta do ano 33 a 70 na cidade jordaniana de

Rihab, a quarenta quilômetros ao nordeste da capital Amã. A edificação encontrada trata-se de uma caverna subterrânea que serviu de residência e local de oração para os cristãos quando sua religião era perseguida, abrigando aos 70 discípulos de Jesus Cristo que, segundo a tradição, foram obrigados a fugir de Jerusalém por causa das perseguições religiosas (ZANCHETT, 2009).

Como a Igreja surgiu nos faz pensar qual seu significado. Entre outros aspectos, a Igreja é reunião de pessoas, mesmos que diferentes em sua essência são ligadas a um único propósito, ou seja, confessar e manifestar sua fé em um só sacramento, geralmente, dentro ou no entorno da comunidade ou cidade. A Igreja também é considerada sociedade, assim definida ela pode ter a finalidade de associar aspectos morais e de fé. Segundo Godim (2003), o lugar de adoração e louvor dos cristãos também pode ser chamado de igreja.

Historicamente, durante os séculos I a IV a Igreja, após ser perseguida e marginalizada, se organizou em estrutura e se fortaleceu. O fato preponderante foi a aceitação de Roma, tornando o cristianismo como religião. Esse reconhecimento se deu através imperador Constantino, a partir do Edito de Milão do ano 313 d.C.

A partir de então, no início do século V foi um tempo de realização de muitos sínodos regionais, sobretudo na Espanha, África, Gálias e Oriente. Estes se tornarão um instrumento importantíssimo de organização da vida eclesial e de normatização de muitas regras de vida e disciplina da Igreja.

1.2 A IGREJA NA IDADE MÉDIA

A Idade Média teve seu início na Europa com queda do Império Romano devido às invasões germânicas. Seu período foi do Século V (476 d.C.) até o século XV (1453) e caracterizou dentre outras coisas, uma economia ruralizada, enfraquecimento comercial, supremacia da Igreja, sistema de produção feudal e sociedade hierarquizada. A urbanização entrou em crise e as cidades foram gradativamente perdendo importância, conforme o feudalismo se implantava (SENA; MOREIRA, 2007).

Nesse aspecto, Alva (2005) afirma que diante dessa acentuada crise do Império Romano, caracterizada pela derrota do exército, declínio da escravidão e invasões de povos bárbaros, as cidades tornam-se o epicentro desse “furacão” e o cristianismo é o único capaz de assegurar segurança e solidariedade. Tornara-se mais importante ser cristão que ser cidadão romano (ALVA, 2005).

No aspecto urbano, vale salientar que as cidades tinham um aspecto medieval, entre suas características, a mais importante seria a construção de castelos, monastérios, catedrais, sempre fortificadas, ou seja, rodeadas de grandes muralhas, para evitar o ataque de inimigos.

É neste cenário que a igreja surge como religião oficial, no o governo de Teodósio, em 380 d.C., reconhecendo dessa forma, o sucesso do novo credo. Em número cada vez maior de pessoas se converteu ao cristianismo. A Igreja passa a ter um enorme poder sobre os aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos e culturais da sociedade. Sua organização tinha mais poder que os reinos medievais. Instituída em uma sociedade marcada pelo pensamento religioso, a Igreja arraigou-se nos mais diferentes espaços da sociedade medieval.

O Concílio de Nicéia, em 325 d.C., instituiu as bases religiosas e ideológicas da “Igreja Cristã” disseminada pelos apóstolos, denominada a partir de então de Igreja Católica Apostólica Romana. Igreja Católica, porque tinha o intuito de reunir os homens de todos os povos, para formar o único povo de Deus – Católica quer dizer Universal. O termo “Apostólica” porque a mesma está construída sobre o fundamento dos Apóstolos (LIMA, 2008).

Segundo Lima (2008) os cristãos acreditavam que a garantia da legitimidade da Igreja está na continuidade da obra de Jesus por meio da sucessão apostólica. Tudo o que Jesus queria para a sua Igreja foi entregue aos cuidados dos apóstolos: a doutrina, os meios para santificação e a hierarquia.

A sucessão dos acontecimentos políticos que levaram Constantino e a Igreja ao poder proporcionou à cristandade ocasião de reformular sua própria visão da história. Num entusiasmo inicial chegou-se a imaginar que o Império Cristão era a imagem do Reino de Deus, materializado no mundo terreno. De fato, as instituições básicas do Cristianismo encontravam-se já bastante organizadas (BUENO, 2010, p. 35).

Muitos membros da Igreja passaram a exercer funções administrativas nos governos de região ocupadas pelos bárbaros, consolidando a importância do clero, que se destacava na sociedade que se formava. Contudo, este clero exercia um poder que não era somente espiritual, mas também material, inclusive nesta época a igreja recebia doações dos servos, tornando-se uma das maiores detentoras de terras do período (ALVA, 2005).

No entanto, a influência da igreja não se limitou a regulamentar os bens e a vida das comunidades eclesíásticas: sua jurisdição também incidiu sobre os demais componentes da sociedade, os quais se subordinaram aos preceitos canônicos relativos à organização da

família, graças à regulamentação do casamento, envolvendo dotes, heranças, direitos e deveres dos cônjuges e anulação do matrimônio devido a incesto etc.

Na política - ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; aplicação desta arte aos negócios internos da nação (política interna) ou aos negócios externos (política externa) (ANDRADA, 1998) -, a ação da igreja traduziu-se pela cristianização da autoridade dos Reis e dos Imperadores mediante as cerimônias da unção sagrada, pela formulação de teorias sobre o poder político. Exemplo desta é o Agostinismo Político ou Teoria dos Dois Gládios, esboçada desde o Papa Gelásio (492 – 496), mas plenamente desenvolvida com Papas Gregório I (590 – 604) e, sobretudo Gregório VII (1073 – 1085). Afirmava que o poder leigo (Gládio Temporal) governava os corpos, a autoridade eclesiástica sobrepunha-se à autoridade leiga; ao Papa, como chefe da Igreja e representante direto de Deus, cabia, conseqüentemente, o governo supremo da sociedade cristã, à qual pertenciam Reis e Imperadores; além do mais, Reis e Imperadores, como os demais homens, poderiam cair em pecado e, conseqüentemente, estavam sujeitos ao julgamento do poder eclesiástico, cuja autoridade máxima era o Papa. Em uma sociedade crista assim concebida, que assegurava direitos apenas aos cristãos, pode-se avaliar o que representava a pena da excomunhão, excluindo aquele que por ela era atingido da República Christiana — pena por diversas vezes usada pelos Papas contra Reis e Imperadores (ALVA, 2005).

A Igreja na Idade Média estabeleceu um império de proporções mundiais, tendo a tradição oral e a palavra do papa como únicas autoridades sobre as áreas da vida humana.

Com relação a esse fato, Alva (2005) afirma que a Igreja constituiu-se na instituição mais poderosa na sociedade medieval ocidental, sobre a qual exerceu influência marcante, tendo o Papa se tornado o dirigente supremo da cristandade ocidental.

A Igreja destacava-se com uma arquitetura gótica. Foi sem dúvida, a mais expressiva manifestação artística desse período. Era uma arquitetura voltada para a construção de edifícios religiosos, como a edificação de templos, igrejas, mosteiros e palácios. A pintura e a escultura, no período foram usadas para complementar a arquitetura, na decoração dos templos (SANTOS, 2009).

Segundo Sousa (2009), durante a Idade Média a igreja passou a controlar grande parte dos territórios feudais, se transformando em importante chave na manutenção do poder. A própria exigência do celibato foi um mecanismo para que a Igreja conservasse o seu patrimônio. O crescimento do poder material da Igreja chegou a causar reações dentro da própria instituição.

Pensar a Igreja na Idade Média é perceber o quanto o poder da mesma nesta época era grande, tratava-se de uma instituição poderosa cuja ascensão neste período é incontestável. A Igreja chegou a ser considerada a principal instituição do Medievo.

Para manter o poder a Igreja foi organizada em Clero Secular e Clero Regular, onde o primeiro tratava das questões administrativas e políticas da Igreja e o segundo criava e conservava as ordens religiosas que eram mais ligadas às questões espirituais, ou seja, pregava os valores cristãos.

Para maior esclarecimento, o Clero Secular, que vivia junto ao resto da população (padres, bispos, arcebispos) e o Clero Regular, que vivia em mosteiros (monges, freiras). Todos eles tinham direitos semelhantes: não pagavam imposto ao rei, recolhiam a dízima (imposto pago pelo povo) e só deviam obediência ao Papa. Viviam em paróquias (padres), dioceses (bispos) e mosteiros ou conventos (monges e freiras).

Na Idade Média, a Igreja tornou-se extremamente poderosa. Inicialmente, porque a maioria das pessoas seguiam os preceitos cristãos de forma fervorosa, inclusive dando terras e outros bens para redimir os pecados, depois a Igreja tornou-se rica, dona de vastos feudos. Muitos dos bens vinham de doações que nobres deixavam em testamentos. Geralmente, os altos postos eclesiásticos da Igreja eram preenchidos por filhos da nobreza, ou seja, a cúpula da Igreja e os nobres pertenciam à mesma classe dominante, a dos senhores feudais. Ao longo da Idade Média, a Igreja tornou-se a maior proprietária de terras da Europa (MICELLI, 2004).

A esse respeito, Ribeiro afirma:

Para a vitória do cristianismo, a Igreja além de expandir-se nas cidades, também fez adeptos nas camadas mais altas e no palácio imperial atraindo ex-generais e governadores ou homens que havia, exercido cargos de responsabilidades no Império: a ascensão social de cristãos que passaram a constituir a nova aristocracia do serviço foi outro fator de importância para a vitória do cristianismo. (1998, p. 14)

Com a proteção imperial, foi possível a edificação de novas Igrejas, substituindo a construção de pontes e aquedutos, caracterizando a presença cristã em vários locais. Enquanto a Igreja adquiria importância social, alguns de seus membros ganharam prestígio político.

Ressalta-se também que com a influência religiosa, a Igreja passou a exercer importante papel político na sociedade medieval. Desempenhou, por exemplo, a função de órgão supranacional, conciliador das elites dominantes, contornando os problemas da fragmentação política e das rivalidades internas da nobre feudal; conquistou, também vasta riqueza material; tornou-se proprietária da maior parte das propriedades rurais da Europa

Ocidental, numa época em que a terra era a principal base de riqueza. Pode estender seu manto de poder “universalista”, sobre diferentes regiões europeias (RIBEIRO, 1998).

Outro aspecto importante com relação à Igreja da Idade Média foi a importância que a Bíblia exercia, considerada de excelência, pois quase todas as produções estavam relacionadas aos textos bíblicos do cristianismo ou suas interpretações. A Igreja era monopolista com relação ao controle deste livro, não se podendo formar ou especializar alguém a não ser para o aperfeiçoamento para os “ofícios de Deus”. A maior parte dos monges não sabia ler os livros sagrados.

Os ensinamentos da religião eram feitos nos sermões dominicais, controlando as crenças e a moral das pessoas dirigindo o sistema de ensino e o universo cultural, penetrando nas consciências através das confissões e controlando o tempo de todas as vidas, a Igreja estendeu um poder absoluto sobre todas as formas de saber (MICELLI, 2004, p. 28).

Vale salientar que durante toda a Idade Média a Igreja controlou todos os seguimentos da sociedade, todo comportamento moral dos indivíduos, como proprietária absoluta de todas as coisas. Esse poder teve tanta influência que ficou arraigado nas mentalidades, pelo menos até o século XVII, nas cidades e nos campos.

Nesse contexto, o século XII foi marcado pela presença da Igreja como orientadora de reis e sacerdotes, exercendo sua autoridade com firmeza, destituindo de importantes cargos eclesiásticos, homens rebeldes ou indóceis, batalharam para acabar com o cisma - movimento crescente entre eclesiásticos bizantinos para desafiar a autoridade do Papado romano - procurando assegurar a unidade religiosa e reunir a cristandade em torno da Igreja de Roma.

Por outro lado, no final do século XIII, a Igreja teve que mudar suas relações, desta vez começa a se relacionar com os mercadores que também deveriam pagar tributos e com obstáculos que eram os altos juros cobrados pelos empréstimos.

Os séculos XIII e XIV formam marcados por dificuldades enfrentadas pela Igreja, nos quais as discórdias ameaçavam a unidade da fé e as fraquezas da Igreja oficial abriram novas perspectivas à cristandade. Nesse período, uma série de problemas assola a sociedade europeia, como: o declínio populacional devido à peste negra, greves, revoltas motins urbanos, queda na produção de alimentos, desvalorização da moeda, crise na produção de tecidos e problemas no sistema bancário.

1.3 A IGREJA NA IDADE MODERNA

A “Idade Moderna” compreende o período que se estende da crise da sociedade feudal europeia no século XIV às revoluções democrático-burguesas dos séculos XVII-XVIII. Esse período foi marcado pelo início do capitalismo e também por grandes acontecimentos, como: a Expansão Marítima, o Renascimento, Reforma e a Revolução Industrial.

Acontecimentos favoreceram a expansão e a dispersão em todas as direções, da colonização além dos mares à construção de novas indústrias, cujos melhoramentos tecnológicos simplesmente cancelavam todas as restrições medievais. A demolição de suas muralhas urbanas foi, ao mesmo tempo, prática e simbólica, pois o crescimento da cidade na Idade Moderna foi um processo lento, pois teve de enfrentar resistência tanto na estrutura quanto nos costumes da cidade medieval (SIQUEIRA et al, 2009).

A partir dessa época, o estímulo à expansão urbana veio principalmente dos mercadores, dos financistas e dos senhores de terras, que serviam como custeadores da construção civil (MUNFORD, 2004).

A Igreja se apresenta nesse panorama de forma enfraquecida, devido à insatisfação dos fiéis que estavam decepcionados com a irreverência do comportamento de alguns padres.

Os reis também estavam descontentes devido à presença excessiva da Igreja na política, pois os burgueses comerciantes eram criticados pela Igreja por utilizarem um sistema financeiro comum no sistema capitalista.

No entanto, a Igreja apesar das intempéries continua tendo um papel importante para a sociedade. Sua presença na Idade Moderna caracterizou-se pela defesa de verdades absolutas que não podiam ser questionadas e deveriam ser aceitas pela fé.

Contudo, na Idade Moderna, a Igreja em grande parte do mundo enfrenta o problema do Estado secular e totalitário e, em alguns casos, o Estado sob uma forma democrática dividida entre a guerra e o bem-estar social (ARRUDA, 2007).

Vale ressaltar que o primeiro acontecimento significativo da Idade Moderna foram as Grandes Navegações que acarretou na expansão marítima. Entre os séculos XV e XVI, alguns países europeus descobriram novas terras, povos e produtos, ampliando sua riqueza e seu poder. Os dois países que mais se destacaram nesses descobrimentos foram Portugal e Espanha.

Segundo Arruda (2007), a necessidade de aumentar as possibilidades de contato da Europa com o Oriente foi o grande impulso para a expansão marítima. Nesse sentido, a associação dos burgueses aos reis foi de suma importância, pois o capital financiador da expansão viria dos burgueses que tinham interesse direto na formação e no fortalecimento do Estado para que seu lucro com as atividades comerciais aumentasse.

Tal fato também atrai a atenção da Igreja, que vislumbra nas grandes navegações a possibilidade de adquirir novos adeptos para o cristianismo, eliminando ou minimizando a influência das demais religiões sobre os povos.

Outros pontos importantes a serem vistos na expansão marítima, são as modificações na mentalidade da sociedade europeia do século XV, oriundas dos questionamentos surgidos no Renascimento, como o próprio formato da Terra e as novas invenções (instrumentos de navegação, por exemplo). As técnicas e os questionamentos da ciência influenciaram diretamente o expansionismo marítimo.

No entanto, a expansão marítima não foi aceita prontamente pelo Oriente, pelo contrário, houve uma longa batalha travada principalmente entre Ocidente e Oriente, que pode ser observada ainda nos dias atuais. Contudo, era necessária a expansão dos mercados, pois havia um esgotamento da massa mercantil já existente. Segundo Arruda (2007), a expansão marítima aconteceu em função da crise provocada pela prática mercantilista e sua manutenção.

[...] a expansão marítima e comercial dos tempos modernos – que seria chamada mais tarde de Revolução Comercial – foi, sobretudo, resultado da crise de crescimento europeia. Tal crise, como vimos, tinha sua origem na inadequação entre duas formas de produção distintas e antagônicas: a feudal em transformação e a capitalista-mercantil em formação (ARRUDA, 2007, p. 165).

Nesse novo rumo econômico da Europa, é relevante destacar o alto custo de quem se lançava às conquistas através das navegações, seja com embarcações, com pessoal ou com os prejuízos dos naufrágios não raros. Para que o expansionismo tivesse sucesso era necessário o empenho ou, minimamente, o desejo da maioria das classes sociais comerciantes, burguesia e Igreja. Visto que os recursos eram provenientes do Estado, que deveria ser forte e centralizador. Estes pré-requisitos retardaram as grandes navegações de algumas nações e beneficiaram outras, como o caso espanhol e português.

Mas, o principal objetivo somente seria alcançado no século XV. Naquele momento, as valiosas especiarias (o monopólio desse comércio passou a ser português) entrariam no Ocidente, gerando altos lucros para os portugueses, que iniciaram a

construção de seu império colonial, que se efetivou com as conquistas de cidades na entrada do Golfo Pérsico por Afonso de Albuquerque.

Seguido da conquista ou “descoberta” da Ásia, deu-se a da América, em 1492. A sua efetiva colonização ocorreu por volta de 1530, em função das demais nações europeias, que já atentavam para a importância desse continente. França e Inglaterra lançaram-se, posteriormente às grandes navegações, chegando, principalmente à atual América do Norte em meados do século XV.

O Renascimento surge no século XIV e XVI como um movimento urbano de origem burguesa, tendo em vista que a sociedade passava por várias transformações, no pensamento e no conhecimento científico, onde o progresso nas áreas das artes, literaturas e das ciências são incontestáveis, estas eram influenciadas pela expansão comercial, a reforma religiosa e o absolutismo político.

Renascimento marcou o início de um processo de renovação cultural que se desenvolveu durante os séculos XV e XVI. Sábios e estudiosos procuravam reviver os valores da Antiguidade, somados a outros conhecimentos adquiridos durante a Idade Média. Como resultado desse processo, surgiu uma corrente científica e cultural que revolucionou a vida da humanidade (MUHAMMED, 2009, p. 17).

O Renascimento proporcionou abertura ao conhecimento, aos estudos e a pesquisa científica. O movimento descartava qualquer interferência da Igreja, tendo como maior desafio dos renascentistas a vida, humana por isso ficou sendo conhecido como Humanismo este seria o espírito do Renascimento.

Segundo Marques (2000, p. 92), “O Renascimento traduzia as novas concepções que tinham como referência, essencialmente, o humanismo, enquanto base intelectual que procurava definir e afirmar o novo papel do homem no universo”.

De acordo com Muhammed (2009), as características do movimento renascentista, como forma de se adequar ao momento ao qual a sociedade estava passando eram: Classicismo: reinterpretação dos valores grego-latinos; Individualismo: capacidade individual de criação do ser humano; Hedonismo: a busca do prazer passou a ser constante, o que tornou-se uma oposição ao ascetismo medieval; Naturalismo: buscava a integração do homem à natureza e a redescoberta da sua íntima ligação com o Universo; Antropocentrismo: o homem é o centro do Universo, concebendo-o como a medida de todas as coisas, como aquele que independente da vontade Deus, faz a sua própria história.

Essa forma de pensar foi uma maneira de opor-se ao “Teocentrismo Medieval”, segundo o qual o ser humano e suas ações nada mais eram que uma extensão da vontade do Criador. De acordo com esse simbolismo medieval, a vida do homem nada mais era do que uma caminhada em direção a Deus, cabendo à Igreja o papel de guia. A visão antropocêntrica não concebia o homem assim, mas como alguém capaz de se guiar e guiar o seu próprio destino; Espírito Crítico: valorizavam-se, sobretudo, a experimentação como meio para se atingir o conhecimento científico da realidade. Isso abriu espaço para um grande desenvolvimento da Matemática, da Arquitetura, da Astronomia, da Física e da Medicina; Racionalismo: Só se podia aceitar como verdade em ciência aquilo que o homem compreendia por meio de seu intelecto. Abandonaram-se, pois, as superstições e lendas típicas do período medieval.

Numa expectativa de valorização humana que a vida era envolvida; os conhecimentos eram cada vez mais explorados deixando o pensamento da Igreja a parte do que se era vivido e conhecido.

Sendo assim, o movimento renascentista expressava a primeira manifestação de uma cultura laica, racional e científica. Tendo a Itália foi o berço, esse movimento foi mais que artístico, intelectual, literário e filosófico.

O Renascimento teve como principal aliado a burguesia, pois a mesma estava surgindo e acreditava que tudo que tinham era fruto de seu próprio esforço, negando assim a vontade divina, seria uma classe social em ascensão, onde visava mais o material e a individualidade.

Outro fator importante do Renascimento diz respeito à arquitetura, as cidades foram um modelo urbanístico que definia não somente a forma, mas modificações na própria sociedade que as utilizariam.

Neste aspecto, Neves (2009), afirma que as efetivas transformações urbanas compreendidas entre a segunda metade do século XV e a primeira metade do século XVI, tanto na Itália quanto no resto da Europa, são limitadas, irregulares e sempre desproporcionais em comparação com as ambições de uma cultura projetual confiante nos seus instrumentos universais. Essa cultura não deixa de se ocupar das cidades, mas perde o contato com a experiência concreta, com a utilização dos meios técnicos, econômicos e administrativos; a procura dos novos modelos urbanos faz-se nas artes figurativas e nos livros e adquire uma aceleração incontrolável que vai se afastando cada vez mais do mundo real.

O pensamento sobre a cidade Renascentista baseou-se ora em meras descrições, ora em tentativas vãs de compreendê-la, moldá-la e controlá-la. Parece que, ao final, tais tentativas se mostraram extremamente parciais ou inviáveis. A cidade continuou cada vez mais complexa e viva em si mesma, tornando o seu criador, o Homem, incapaz de fazer dela um instrumento dócil para suas ações (NEVES, 2009).

As ideias dos arquitetos e humanistas, para alterar uma realidade cotidiana construída através de séculos, foram relegadas aos livros e, na melhor (ou pior) das hipóteses, seus conhecimentos de geometria utilizados para o desenvolvimento da arquitetura militar, que alterou apenas as fortificações das cidades, mantendo intacto o tecido medieval.

Entretanto, não seria uma busca da inferioridade de Deus diante dos homens, porém uma valorização dos valores humanos, sem, no entanto, haver uma preparação interior, no intuito de se distanciar da cultura social, em que o homem era produto da sociedade.

A Igreja neste contexto não se enquadrava no Renascentismo, pois seu poder controlador não permitia as manifestações culturais, pois a sociedade e a economia eram controladas pela Igreja. Os conhecimentos eram baseados nos textos teológicos, nos quais a nobreza e a Igreja refletiam seu domínio entre todos. No contexto da Igreja, Deus seria o centro de tudo, e essa cultura ficou conhecida como Teocêntrica.

Estando, contudo, a Igreja na contramão das mudanças que aconteciam no mundo, passa por um processo de descrédito mesmo no interior de suas instituições. Seu monopólio institucional era ameaçado pelas novas concepções do mundo e do pensamento das pessoas, gerando indivíduos mais críticos.

No ambiente das cidades, os comerciantes burgueses eram malvistas pela Igreja. Segundo os clérigos, a prática da usura, caracterizada pelo empréstimo de dinheiro em detrimento a cobrança de juros feria o sagrado controle que Deus tinha sobre o tempo.

Diante desse panorama, surge um movimento que ficou conhecido pela denominação de “Reforma Protestante” ou “Reforma Luterana”. Foi um movimento de caráter religioso iniciado no século XVI que colocou em xeque a conduta e as crenças da Igreja Católica, vindo a acontecer na Alemanha que através do frade agostiniano Martinho Lutero, o qual protestava contra o comportamento da Igreja com relação a diversos aspectos, entre eles o interesse pela economia e a riqueza, o péssimo comportamento dos clérigos, que abusavam do seu poder, com isso a Igreja afastava-se cada vez mais de sua

doutrina original e dos textos sagrados. Além disso, ele também não era contrário ao o celibato e a adoração de imagens (ARAÚJO, 2006).

Em 1517, depois de um desentendimento com o dominicano Tetzel, que vendia indulgência - prática abominada pela própria Igreja - o frade Martinho Lutero que já estava descontente por essas e outras práticas da Igreja, afixou na porta da Igreja de Wittenberg, 95 teses que condenava todas as práticas indecentes da Igreja.

Esse fato foi preponderante para uma disputa entre a Igreja e Lutero, que acabou excomungado pelo papa Leão X, iniciando a divulgação de suas idéias que posteriormente conhecidas como Luterismo que se espalhou em várias regiões da Europa.

Além da Reforma Protestante, houve ainda as “Reforma Calvinista” e a “Reforma Anglicana”. A Reforma Calvinista foi iniciada por João Calvino, na Suíça, em apoio às ideias de Martinho Lutero, além disso, Calvino dava destaque a ideia de predestinação: o trabalho e a prosperidade alcançada por meio dele são sinais de benção divina e salvação da alma (ARAÚJO, 2006).

A Reforma Anglicana, iniciada por Henrique VIII, rei da Inglaterra, que solicitou do papa a anulação de seu casamento e recebeu a negação, fazendo com que o Rei da Inglaterra se separasse da Igreja de Roma, fundando a Igreja Anglicana (ARAÚJO, 2006).

Paralelo a esses acontecimentos, iniciou-se de forma avassaladora a “Revolução Industrial” que trouxe um desenvolvimento tecnológico incrível, que substituiu as ferramentas artesanais pelas máquinas e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril.

Segundo Sousa (2009), a Revolução Industrial caracterizou-se inicialmente com a mecanização dos sistemas de produção. A Inglaterra foi seu berço, no século XVIII, o período diferenciou-se da Idade Média que tinha no artesanato como forma de produção. Com a Revolução Industrial, surgiu uma busca por maiores lucros, tendo uma produção acelerada, essa alternativa de melhorar aumentando a produção de mercadorias é a forma encontrada para atender a demanda da população, em pleno crescimento.

Esse período foi de grandes transformações não só na área tecnológica, mas também na área econômica, política, social e urbana. As cidades da sociedade industrial não se caracterizam por um perímetro delimitado e preciso, o território urbano foi modificado, derrubando as tão utilizadas muralhas ao redor das cidades. Devido à produção em massa, há um barateamento dos materiais de construção produzidos em escala industrial e sua venda em dimensões padronizadas, facilitando as demolições e reconstruções das edificações urbanas. A cidade antes medieval tinha estilos góticos e

renascentista, já durante a Revolução Industrial, entra em cena o estilo barroco, originária da Itália, com característica principal o antagonismo entre o bem e o mal, do emocional sobre o racional, buscando efeitos decorativos e entrelaçamento entre arquitetura e escultura, fortes contrastes de luz e sombra e pintura com efeitos elusionistas (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

O estilo barroco foi adotado pela Igreja no período denominado de contra-reforma, movimento da Igreja católica em respostas as manifestações das reformas luterana, calvinista e anglicana. Utilizando como a característica a grandiosidade, a Igreja tinha o objetivo de provocar impacto nas pessoas com pinturas suntuosas encontradas nas igrejas até os dias atuais.

1.4 PRESENÇA DA IGREJA NO BRASIL

O Brasil foi descoberto no século XVI, mais precisamente no dia 22 de abril de 1500, já nesta época, a Igreja como instituição religiosa de grande presença social, política e cultural no mundo lança suas raízes. O primeiro ato religioso foi uma missa realizada no dia 26 de abril do mesmo ano, celebrada pelo Frei Henrique de Coimbra no Ilhéu da Coroa Vermelha, atual Baía Cabralia, na Bahia, assistida pelos próprios índios (COSTA, 2007).

A partir de então, a Igreja iniciou suas atividades no Brasil através dos Jesuítas que eram os padres integrantes da congregação Companhia de Jesus, conhecidos como o exército religioso a serviço do Papa. O Padre Manuel da Nóbrega dirigia os jesuítas, no intuito de implantar o Catolicismo no Brasil.

Logo após a instalação dos jesuítas foi fundada a cidade de Salvador, a primeira Igreja do Brasil, fundada por Tome de Sousa, em 1549, na baía de Todos os Santos. Sua construção teve a ajuda direta dos jesuítas. Foram logo construídas as primeiras casas, como a do Governo e a do Colégio dos Jesuítas. Também foram levantadas as fortificações para a defesa da cidade contra o ataque dos índios e dos estrangeiros (HERMIDA, 2009).

A segunda cidade do Brasil foi fundada 1565 por Estácio de Sá, com o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro, entre os morros Pão de Açúcar e Cara de Cão. O lugar, porém, por estar situado entre elevações, não permitia o desenvolvimento da cidade e por

isso, em 1567, Mem de Sá resolveu transferi-la para o morro de São Januário, que também se chamou do Castelo e foi depois demolido.

De acordo com Hermida (2009), a partir então, muitas cidades surgiram no Brasil, esse período ficou conhecido como colonização, em grande parte, um empreendimento urbano. O núcleo urbano foi o ponto de partida da Igreja para a ocupação da terra. As cidades coloniais tinham a nítida finalidade de civilizar a Colônia. As cidades eram o centro de difusão de hábitos e costumes da Metrópole.

Segundo Medeiros (2010), durante os dois primeiros séculos de colonização, a vida urbana estava intrinsecamente ligada as Igrejas, por seu caráter unificador e pelos objetivos religiosos como missas, festividades, procissões e enterros. Várias cidades, entre elas o Rio de Janeiro, cresceram sob o signo da religião.

Sendo assim, fundar cidades era uma estratégia portuguesa junto com a Igreja de colonização, que não visava apenas à exploração predatória, mas à permanência e à fixação do homem na terra. Foi a partir delas que o colonizador português exerceu o domínio econômico e militar do território.

A evolução urbana das cidades brasileiras no início da colonização foi rápida. A sede da Colônia era o Rio de Janeiro que em 1763 já possuía 50 mil habitantes e sua principal atividade econômica era a exportação da produção das minas de ouro pelo porto da Guanabara. Salvador, antiga capital colonial era importante centro de exportação do açúcar, contava 45.500 moradores. Outras cidades populosas eram Recife, com 30 mil pessoas, São Luís do Maranhão, com 22 mil, e São Paulo, com 15.500.

Neste período, a Igreja tinha seu trabalho difundido através das Ordens e Congregações religiosas assumindo os serviços nas paróquias e dioceses, a educação nos colégios, a evangelização indígena e inserem-se na vida do país.

Desta forma, a participação da Igreja no processo de construção histórica das cidades brasileiras, bem como na formação da identidade nacional tem uma importância inquestionável. Segundo Rocha (2010), a maioria das cidades brasileiras daquele período teve a importância e o papel da instituição religiosa na formação das vilas e cidades da então colônia portuguesa.

No entanto, estudos comprovam que a primeira igreja construída no Brasil está localizada em Porto Seguro, no Estado da Bahia. A Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia foi construída em 1526 e inicialmente chamava-se Igreja de Nossa Senhora dos Passos. Em sua construção foi utilizado o estilo Barroco e primitivo.

As cidades coloniais brasileiras nos deixaram um rico patrimônio histórico-cultural,. Basicamente construídas no estilo barroco colonial brasileiro, até hoje podemos observar na arquitetura e na ornamentação das igrejas. Mas não foi apenas a riqueza do barroco que marcou a beleza e as características das novas cidades coloniais. A arquitetura adaptada ao clima tropical, a integração com a natureza, o traçado tortuoso das ruas e a simplicidade de largos e praças também fazem parte dessa herança. Preservá-la é manter vivas as origens de nossa história e de nossa identidade cultural (HERMIDA, 2009).

Vale salientar que a Igreja como edifício tem um papel preponderante na estruturação das cidades brasileira, isso porque quando numa localidade foi construída uma capela, por muitas vezes deram origem a aldeia e vilas. O crescimento urbano no Brasil é polarizado por edificações em torno de prédios religiosos, principalmente da Igreja Católica. Além disso, os terrenos que geralmente se encontram associados às igrejas e conventos tornaram-se com o tempo praças urbanas que se integram ao ambiente da cidade.

Neste aspecto, pode-se afirmar que a maioria das cidades do Brasil nasceu em torno de uma igreja. Em qualquer município ou lugarejo, por menor que seja, as igrejas estão sempre lá, presentes na vida das pessoas, aliás essas cidades que começaram como povoados e cresceram em torno de capelas, que mais tarde, se tornaram igrejas e instituições que só vieram confirmar o crescimento do cristianismo ao longo dos séculos.



CAPITULO II

A IGREJA E CAMPINA GRANDE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A presença da Igreja dentro do cenário histórico de Campina Grande envolve questões muito além da existência de Paróquias como patrimônio, foi e é fundamental na consolidação das estruturas na urbanização da cidade ao longo do tempo e uma participação ativa na expansão de uma cidade que se constrói e se reconstrói a partir dos acontecimentos e fatos que marcaram e marcam o seu desenvolvimento.

Através de expedições para a conquista dos territórios da colônia, grande grupo de missionários realizou um trabalho de evangelização, pregando o Cristianismo, catequizando e alfabetizando os índios com o objetivo de consolidar e ampliar a fé católica. Dentre as muitas ordens religiosas que realizavam missões de catequese no interior da Paraíba, citamos os Jesuítas, Carmelitas, Beneditinos e os Franciscanos.

Vale salientar que, a ligação da Igreja com relação à origem de Campina Grande, não é um fato isolado, pois essa ligação existia em muitas cidades brasileiras na época da colonização, junto a Coroa portuguesa. Segundo Sobrinho (2004) a Igreja naquela época dispunha de enorme prestígio. Habitualmente, a obtenção de sesmarias - terrenos sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo (SCHMALZ, 2007) - era acompanhada do levantamento de capelas, pelos sesmeiros, como símbolo da posse da terra.

A esse respeito Anastásia et al (1999 apud ROCHA, 2008, p. 03) afirma que durante a colonização “a Igreja, ligada ao Estado era um instrumento de urbanização face a uma política genérica e evasiva da Coroa, em relação ao planejamento, construção ou ordenamento das cidades da colônia”.

Não foi só esse o papel de urbanização da Igreja, coube também a ela a implantação das bases da produção dos espaços territoriais das comunidades da colônia brasileira, através da construção de Igrejas nos diversos núcleos urbanos à época.

No caso de Campina Grande, constata-se que sua urbanização ocorreu seguindo o modelo administrativo português, adequando-se às bases de organização política e territorial. O plano urbanístico no início da construção da cidade tinha a preocupação com a disposição das vias públicas sempre interligando às Igrejas já construídas.

Detalhe que diz respeito também às residências e comércios construídos, pela disposição dos prédios que eram construídos em volta da Igreja, pois as famílias tradicionais e “respeitadas” pretendiam sempre morar próximas àquela construção, apesar de não abrirem mão das instalações de residências em suas fazendas, também possuíam casas nos arredores do núcleo urbano (ROCHA, 2010).

2.1 A COLONIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE

A Capitania Real da Paraíba, sendo parte da Coroa portuguesa a Capitania de Itamaracá, no início de sua colonização, tinha a exploração do seu território centrada no litoral devido à produção açucareira e a facilidade para o transporte marítimo. A colonização do interior paraibano se deu através de famílias portuguesas como a Oliveira Lêdo oriundos da região da Bahia próxima ao Rio São Francisco que partiram de lá, em 1664, para explorar uma sesmaria que lhe havia sido concedida ao longo do Rio Piranhas. Esses portugueses ficaram conhecidos como “sertanistas” pelo fato de serem os exploradores dessa região (CÂMARA, 1999).

Com relação à colonização de Campina Grande, apesar das controvérsias, registra-se oficialmente sua origem em 1697 através do sertanista e do Capitão-mor - título concedido aos donatários das capitanias com autoridade militar para comandar milícia chamada ordenanças - Teodósio de Oliveira Ledo que se dirigia à Capital da Capitania da Paraíba com a finalidade de encontrar-se com governador-geral D. João de Lencastro. Trazia consigo um grupo de índios Ariús, descendentes dos Tapuias, os quais foram capturados na ribeira do rio Piranhas e “domesticados”. Porém, estando a caminho, ao chegar numa despovoada e grande campina, na Serra da Borborema, acampou com os índios da tribo (ALMEIDA, 1978 apud SOUSA, 2003).

Tendo essa localidade boas condições geográficas, Teodósio resolveu aldeiar os índios de forma definitiva, passando a viver no local e desenvolver suas atividades às margens do riacho das Piabas, foi construído graças ao represamento das suas águas (atualmente Açude Velho). Este fato foi primordial para a origem da atual cidade de Campina Grande, que em 1699, foi citado em carta enviada ao rei de Portugal, e desde então a localidade passa a ser conhecida formalmente (SOUSA, 2003).

Câmara (1998 apud BASÍLIO, 2009, p. 37), expõe trecho da carta enviada por Manoel Soares Albergaria, governador da capitania da Paraíba, ao Rei de Portugal relatando o acontecimento, o qual daria origem à cidade de Campina Grande, atribuindo a Teodósio de Oliveira Ledo o feito.

No princípio de dezembro do ano de 1697 veio a esta cidade o capitão-mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, [...] trouxe consigo, Senhor uma nação de tapuias chamados Ariús, que estão aldeados junto aos Cariris aonde chamam Campina Grande, e querem viver como vassalos de Vossa Majestade e reduzirem-se a nossa santa Fé Católica dos quais é principal um tapuia de muito boa traça e muito fiel segundo o que até o presente tem mostrado chamado Cavalcanti.

Devido às condições favoráveis do espaço, um ano depois, o aldeamento já era considerado como povoado, sendo entreposto comercial ligando o Litoral ao Alto Sertão, além de suas terras serem adequadas para o cultivo de vários cereais utilizados pelos índios que lá habitavam.

A esse respeito, Almeida (1978, p. 37) afirma que não foi difícil dar desenvolvimento ao local devido às “condições favoráveis do sítio, a amenidade do clima, a existência de matas, a natureza do solo e, principalmente, a sua localização, ponto de passagem preferido nas comunicações entre o Sertão e o Litoral”. Essas condições favoreceram a afluência de parentes de Teódosio de Oliveira Ledo, colonos brancos, índios mansos, o que assegurou a prosperidade do local.

Nesta época, a capitania da Paraíba contava com poucos núcleos populacionais. Além de sua Capital, havia Cabedelo, Baía da Traição, Alhandra e Jacoca, no litoral; Monte-mor, Taipu e Pilar, na região da Várzea; Boqueirão, no Cariri; Piranhas e, possivelmente Piancó, no Sertão. Campina Grande foi o primeiro núcleo formado no agreste e, no início, era considerada inferior aos outros já formados (ALMEIDA, 1978).

2.2 A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA ORIGEM DE CAMPINA GRANDE

A influência da Igreja na origem histórica de Campina Grande é inquestionável. A formação da identidade desta localidade está atrelada a participação da Igreja Católica e sua importância no desenvolvimento urbano da cidade.

Com relação à origem de Campina Grande, a Igreja participou ativamente através das Missões de Catequese que faziam parte das expedições e conquistas do interior da Paraíba realizadas pelo Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Lêdo, que chegou ao Planalto da Borborema em 1697, criando uma aldeia. Essas expedições ficaram conhecidas por entradas e bandeiras - movimentos de exploração e colonização que partiram do litoral para o sertão.

Logo após a instalação do aldeamento da “Campina Verde”, como ficou conhecida inicialmente, Campina Grande em 1698, a Igreja iniciou os trabalhos religiosos na localidade. Foi enviado pelo Governador-geral da Paraíba um religioso de Santo Antônio para catequizar os indígenas. No entanto, foi um missionário franciscano que realmente iniciou a obra de catequização, evangelizando os indígenas e aos forasteiros que por ali passavam (ALMEIDA, 1978).

Tendo o apoio e a proteção do governo metropolitano, o missionário se apressou e construiu uma pequena Igreja em forma de casa (Figura 01) para a realização de ofícios religiosos necessários para a aldeia.



Figura 01. Ilustração da primeira Igreja de Campina Grande-PB, em 1701.

Fonte: ARAÚJO; SOUSA, 2010.

Contudo, de acordo com a Carta Régia de 13 de janeiro de 1701, que mandava edificar Igrejas na Aldeia de Campina Grande e em outras localidades, e pagar cômguas - também nominado como “conhecença”, eram pagamentos ou direitos paroquiais que o povo cumpria como forma de contribuição para o sustento financeiro de um sacerdote residente pelo seu contributo ou serviço pastoral à comunidade ou paróquia (FERREIRA, 2009) - aos capelães. O religioso utilizou uma ajuda de 25 mil réis enviados pela Coroa para melhorar um pouco a Capela.

Desta forma, em 1759 foi erguida em definitivo a Igreja da aldeia no alto da colina, na localidade chamada de Sítio das Barrocas, onde se formou primeiro arruamento da aldeia com o mesmo nome (hoje Rua Vila Nova da Rainha). Havia muito espaço ao seu redor, onde surgiram casas de taipas.

Segundo Almeida (1978, p. 38), “tratava-se de um prédio rústico, de minguidas proporções, virado para o noroeste”. Depois de dez anos a pequena Capela, após muitas dificuldades, passou a ser a Paróquia Matriz da localidade.

A esse respeito, Oliveira (2007, p. 17) afirma que:

Às margens do riacho das Piabas foi instalada a aldeia dos índios Ariús. Com isso, foram surgindo casebres de taipa, formando o primeiro arruamento. Foi construída uma pequena igreja, onde em seu entorno foram surgindo um conjunto de habitações, dando origem ao largo da Igreja, mais tarde largo da Matriz.

Segundo Medeiros (2010), a construção de igrejas e capelas exerceu relevante papel na organização e consolidação da ocupação do interior das capitanias hereditárias brasileiras, a partir do século XVIII.

A Igreja tornou-se o centro das atividades comerciais do povoado, onde em seu largo, eram realizadas as feiras tanto de cereais como a de gado. Mesmo assim, o desenvolvimento urbano na primeira metade do século XVIII foi lento e silencioso. O povoado passou dezenove anos subordinada a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres (São João do Cariri), ou seja, os serviços religiosos sendo comandados pelo vigário daquela Paróquia.

Em 1769 Campina Grande se tornaria Freguesia, pelo então Bispo de Olinda-PE Dom Francisco Xavier Aranha, criando oficialmente a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sendo também consagrada a padroeira da localidade. Neste período, foi nomeado o vigário, que contava com a ajuda de missionários das ordens regulares como Jesuítas, Franciscanos, Beneditinos e Carmelitas que se dispuseram a catequizar os índios Cariris e Ariús.

Neste aspecto, Medeiros (2010) afirma que as ordens regulares tiveram fundamental importância para os núcleos coloniais, inclusive ajudando, não só na evangelização, dando sustentação à Igreja como poder eclesial.

Já no ano de 1777, a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição possuía três Capelas filiais, mais que a Freguesia a que era subordinada antes de 1769 que possuía apenas duas capelas filiais, mostrando o desenvolvimento rápido da Igreja na localidade.

Campina Grande foi considerada Freguesia até o ano de 1789 com acentuado crescimento da agricultura e pecuárias, porém sua área urbana não se desenvolveu devido à preferência da ocupação ser nas fazendas e sítios nos arredores do povoado.

2.3 A IGREJA E A VILA

A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na segunda metade do século XVIII já fazia parte do desenvolvimento de Campina Grande, pois as primeiras ruas criadas foram no largo da Igreja, além de ser o centro de todas as decisões políticas e sociais a serem tomadas.

Nesta época a Coroa portuguesa, em cumprimento à Carta Régia de 22 de julho de 1766, recomendava aos governadores das capitanias que concedessem incentivos às povoações com potencial de crescimento tanto na agricultura como no comércio, tendo em vista o desenvolvimento da população das áreas colonizadas. Para tanto, autorizou a criação de Vilas - aglomerado populacional de tamanho intermediário entre a aldeia e a cidade - nestes lugares.

Tendo ciência desta prerrogativa e aproveitando o desenvolvimento do povoado, em 1789, cidadãos que estavam instalados ali, junto com a Igreja decidiram intervir no sentido de Campina Grande fosse elevada a categoria de Vila.

A ideia foi vista com bons olhos pelo governo da província, pois Campina Grande já contava com algumas casas edificadas, além de ser ponto de convergências de diversas estradas, servindo parada e abastecimento para boiadeiros e tropeiros que vinham de diversas localidades em direção à Capital; tinha na agricultura o carro-chefe para o seu crescimento e desenvolvimento.

Precisamente em 06 de abril de 1790, o Ouvidor Antônio Felipe Soares de Andrada Brederodes, através de edital publicado e em conformidade com a Carta Régia de 1766, concedeu em despacho de permissão para a criação da Vila Nova da Rainha, em homenagem à Rainha de Portugal, Dona Maria I.

Com relação aos documentos que oficializaram a criação da Vila Nova da Rainha, Almeida (1978, p. 44) cita a Carta enviada ao Ouvidor “O Ouvidor Geral da Comarca da Paraíba, ouvindo aos moradores de um e outro lugar, proceda a criação da vila naquele lugar que for mais útil aos povos daquele distrito que lhe está determinado”.

No mesmo ano da criação da Vila Nova da Rainha, conforme determinado, realizou-se as solenidades para a instalação da Vila e de seu patrimônio, além de terras doadas pelos senhores donos de terras, foi construído o Pelourinho - coluna de pedra ou de madeira erguida no centro da Vila usada para castigar escravos. Simboliza a autoridade do Estado sobre os cidadãos -, a Câmara Municipal, Juizado de Paz e Cartório, além de reformas na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Porém, os poderes da Vila não autonomia importante nas decisões que sempre eram advindas da Côrte.

Vale ressaltar que a Igreja também fazia parte dos poderes constituídos quando foi criada a Vila, através da presença do Padre. Segundo Policeli et al (2008), dentre os poderes estabelecidos da Vila no Brasil, estava a Igreja, que ainda servia como uma espécie de cartório local, que registrava todos os fatos da Vila.

“A Igreja se tornou coadjuvante no processo de administração pública, sendo depositário de documentação do registro civil, certidões de nascimento e óbito, testamentos e outros registros oficiais” (MEDEIROS, 2010, p. 60).

Com relação à constituição do patrimônio da Vila Nova da Rainha, a Igreja também teve sua participação, seu Vigário Padre João Barbosa de Góis, que na ocasião da criação da Vila Nova da Rainha, doou à Irmandade do SS. Sacramento uma data de terra - termo de

origem portuguesa, relacionada a uma área de um quarto de légua em quadra, correspondente a 272 hectares - nas proximidades da Igreja Matriz.

Neste período houve um crescimento no espaço urbano, devido ao monopólio da elite ruralista, que vieram morar na Vila por puro interesse político, passando assim a Vila Nova da Rainha contar com um considerável número de habitantes.

A Vila Nova da Rainha ao longo da primeira metade século XIX mesmo com um crescimento populacional, seu poder político era deveras limitado, o desenvolvimento econômico foi mínimo, principalmente quando houve o desmembramento de suas terras para a instalação da Vila Real de São João do Cariri de Fora. No entanto, não houve decadência, foi apenas um período difícil de seu comércio devido à oferta de outras localidades se apresentarem mais atrativas.

O atraso do desenvolvimento econômico foi atribuído ao descaso e o desleixo dos habitantes locais, indiferentes às vantagens e facilidades que o meio oferecia, tendo apenas olhos para a exploração agrícola e pastoril, sem se importarem com o motivo principalmente para a existência da Vila que era a sua situação geográfica bastante favorável para o incremento das atividades econômicas e políticas da região.

A esse respeito Câmara (1998) afirma que entre os anos de 1790 a 1810 caracteriza-se pela incompreensão do verdadeiro sentido de vida municipal e pela absorção político social de uma só família.

Sobressaía-se apenas a produção pecuária e o cultivo do algodão que passa a exercer influência de âmbito regional, trazendo certo desenvolvimento para a Vila Nova da Rainha, gerando assim um movimento de convergência de interesses econômicos pelo lugar.

Apesar deste pouco desenvolvimento econômico, a Vila Nova da Rainha, em 1852 tinha uma população de 17.900 pessoas. Em relação ao patrimônio público da Vila, entre o período de 1790 a 1863 existia apenas um prédio servindo de cadeia, casa da Câmara e sala do júri. No setor educacional, havia duas escolas públicas, uma para o sexo masculino (criada em 1822) e outra para o sexo feminino (criada em 1857). Sua população era constituída, basicamente, de fazendeiros que residiam em suas fazendas, ocupando a área urbana apenas nos dias de feira e festividades locais (festas da Padroeira, Natal etc.), além de moradores de baixa renda e marginalizados que viviam ao largo da Igreja.

Em 1814, o Centro da Vila localizava-se no Largo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Matriz da Vila Nova da Rainha, onde tinha construído algumas poucas edificações como prédio da cadeia; já a primeira agência postal foi construída em 1829, além das ruas Barrocas e Oriente que foram abertas nestas proximidades.

Com relação às ruas, Câmara (1998, p. 21), afirma que “[...] os negociantes, que por natureza não visavam ruas, mas pontos comerciais, acorreram em tempo, cercando a igreja de casebres”.

A igreja tinha sua importância não só nas funções religiosas, controlando os diferentes tipos de território, englobando a Igreja, o cemitério, os pequenos oratórios no interior das casas grandes e fazendas, mas também na participação da vida pública da cidade, reconhecendo a política como instrumento de desenvolvimento social e urbano da Vila Nova da Rainha.

Este fato é constatado pelo apoio da Igreja local, através dos padres Virgínio Campêlo e Gonçalves Ouriques, dado à Revolução Pernambucana (considerada a primeira Revolução em prol da independência do Brasil), à Confederação do Equador e à Revolução Praieira.

Ao longo de 74 em que foi Vila, um fato interessante marcou a história de Campina Grande, a não aceitação pelos seus habitantes do nome Vila Nova da Rainha, tanto é que até em papéis forenses, sempre aparecia o nome de Campina Grande, ao invés de seu nome oficial.

2.4 A IGREJA E A CIDADE

Na segunda metade do século XIX, politicamente, Campina Grande já se expressava de forma bastante significativa com o despertar de ideais liberal-revolucionários. Havia a participação ativa dos partidos políticos que se organizaram a partir da década de 1830, contribuindo para o fracionamento das antigas famílias que compunham as elites dominantes da sociedade.

Essa atuação vibrante na política aliado ao desenvolvimento econômico, levou a Vila Nova da Rainha a tornar-se cidade de Campina Grande, no dia 11 de outubro de 1864, através da Lei Provincial nº 137, promulgada pelo então Presidente da Província Sinval Odorico de Moura (OLIVEIRA, 2007).

Um ano após a emancipação, em 1865 é criada a Comarca de Campina Grande pela Lei Provincial nº 183 de 8 de agosto do mesmo ano e em 1867 foi instalada a Agência Fiscal das Rendas Provinciais na cidade.

Urbanisticamente nesta época a cidade de Campina Grande apresentava-se estagnada. Sua área era formada por pouco mais de trezentas casas, distribuídas em cinco ruas apresentadas no quadro abaixo:

Ontem	Hoje
Rua da Matriz	Avenida Floriano Peixoto
Rua do Meio	Rua Afonso Campos
Rua Grande	Rua Maciel Pinheiro
Rua do Seridó	Rua Barão do Abiaí
Rua do Emboca	Rua Peregrino de Carvalho

Quadro 01. Principais ruas de Campina Grande – ontem e hoje.

Fonte: autora da pesquisa

Além de três largos (Largo da Matriz, Largo do Comércio Novo e Largo do Açude Novo) e oito becos; prédios públicos da Cadeia e a Câmara; dois Mercados (Novo e Velho); possuía duas igrejas: a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja Nossa Senhora do Rosário.

Carvalho e Scocuglia (2008) afirmam que a ocupação e uso do solo urbano da cidade de Campina Grande, assim como reconhecidamente se dava na grande maioria dos municípios brasileiros, realizando-se em condições bastante precárias.

A partir de a sua emancipação no Século XIX, Campina Grande passou por um rápido processo de desenvolvimento e crescimento, aumentando significativamente o volume de atividades comerciais como também sua população (OLIVEIRA, 2007). Neste período foi construído um prédio para mercado no Largo da Matriz, em frente à feira de cereais que funcionava no Mercado Velho de Baltazar.

A esse respeito Melo (1958 apud OLIVEIRA, 2007, p. 14) afirma que:

As amplas avenidas e praças que se atravessam têm o ar de coisas novas que apagam traços do passado, emprestando à paisagem citadina uma nota de vitalidade e rejuvenescimento. A enorme vitalidade de Campina Grande concretizada pelo seu notável crescimento, se reflete também no movimento de suas Ruas e na atividade de sua população. As Ruas que vão Ter à saída da cidade, as de comércio atacadista e mesmo o seu centro comercial, impressionam pelo movimento de pedestres e de veículos de carga. No grande número de bancos, depósitos, firmas atacadistas, fica substanciada, também, sua grande importância comercial.

Em 1871, chegaram à Campina Grande os primeiros imigrantes: árabes, ingleses, italianos, americanos, turcos, alemães, franceses, indianos e principalmente os dinamarqueses. Apesar da vinda de estrangeiros os principais responsáveis pela produção da riqueza material e cultural do município a partir de 1888 foram os escravos ao lado de outros trabalhadores como jornaleiros, moradores, meeiros, agregados entre outros.

A Revolta de Quebra-Quilos, iniciada em 1874, aconteceu pela insatisfação de comerciantes com o novo padrão de medidas que se baseava no sistema métrico francês.

Liderados por João Vieira (João Carga D'água), Manoel de Barros Souza e Alexandre de Viveiro, os revoltosos agiam quebrando balanças e jogando os pesos dentro do Açude Velho.

[...] Em bandos de cem e duzentos indivíduos, os “quebra-quilos” invadiam feiras e mercados, ocupavam vilarejos inutilizando pesos e medidas, sendo inevitáveis outros e piores excessos. [...] Os líderes levaram à rua parte dos escravos e transformaram o protesto em movimento libertário (DONATO, 1996, 133).

O Padre Calixto Correa Nóbrega, Vigário de Campina Grande na época foi preso junto com outras lideranças liberais por participarem desta insurreição que durou apenas uns meses, sendo sufocada pelas forças policiais. As represálias das forças da milícia imperial foram deveras brutais contra a população de Campina Grande, com os policiais aplicando o “colete de couro” - um instrumento de tortura que consistia em costurar-se ao tórax dos presos, muitos inculcados, uma faixa de couro cru, previamente molhada durante horas. À medida que o couro secava ia comprimindo o peito da vítima, causando-lhe muitas vezes morte torturante por asfixia. (BARBOSA, 2004, p. 74).

A construção de um prédio para a administração da cidade de Campina Grande o Paço Municipal - onde funcionava o Fórum e a antiga sede do poder Legislativo de Campina Grande - foi iniciada em 1877 ao lado da Matriz. Sua inauguração deu-se no dia 2 de dezembro de 1879. O prédio (Figura 04) funcionou até 1889, quando foi proclamada a República no Brasil, nela foi realizada a última sessão da Câmara Municipal no Império e a primeira sessão da República.



Figura 02. Paço Municipal, ao lado da Igreja Matriz de Campina Grande – 1879.
Fonte: ARAÚJO; SOUSA, 2010.

Um ano após a Proclamação da República em 1890, o prédio onde funcionava o Paço Municipal foi utilizado pelo Conselho de Intendência - Os Conselhos de Intendência representava a nova administração municipal - criado através do Decreto Estadual nº 7 que

dissolveu as câmaras municipais. Esse Conselho teve como finalidade delegar as novas funções legislativas e executivas. Até 1895, as funções executivas de Campina Grande eram exercidas pelo Conselho Municipal.

O cargo de Prefeito Municipal foi criado, pela Lei Estadual nº 27, em 02 de março de 1895, o major Francisco Camilo de Araújo foi o primeiro prefeito da cidade de Campina (ALMEIDA, 1978).

2.4.1 A Reforma do Prédio da Matriz no Século XIX

A Igreja Matriz de Campina Grande no século XIX, apesar de sua importância religiosa, histórica e patrimonial, ainda era uma Igreja humilde e, talvez, uma das menores subordinada a Diocese de Olinda, seu prédio ainda inacabado, mesmo depois de algumas reformas ao longo de sua existência, possuía um projeto arquitetônico com duas torres, as naves laterais e centrais, a capela-mor e a sacristia.

Além desse panorama arquitetônico relativo ao patrimônio, percebeu-se também que ao longo de quase 100 anos da criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, os vigários não deram importância à conservação do arquivo documental da Igreja. Descaso comprovado pelo desaparecimento do 1.º Livro de Tombo do Arquivo Paroquial que registrava cronologicamente os vigários que estiveram à frente da Paróquia; prejudicando a compreensão de alguns fatos e acontecimentos do município e da história campinense.

Contudo, em 1885 a cidade estava em pleno crescimento comercial e urbano, construídas muitas casas e prédios comerciais, além de implementação e abertura de novas ruas na cidade. Esse desenvolvimento levou a Matriz de Nossa Senhora da Conceição a ser beneficiada com uma reforma em 1885. Coube ao Padre Luiz Francisco de Sales Pessoa - mais tarde se tornaria Monsenhor Sales - o mérito de iniciar os trabalhos (SOBRINHO, 2004).

O Padre Sales (Figura 03) praticamente reconstruiu a Matriz, na sua luta pela reforma da Igreja conseguiu recursos com os fiéis da região, que colaboraram com dinheiro e material para o empreendimento.

Segundo Dinoá (1993) Padre Sales dedicou 42 anos de sua vida sacerdotal a cidade de Campina Grande, em prol do desenvolvimento econômico, cultural e especialmente religioso do município. Força da Igreja Católica em defesa dos mais pobres da sociedade campinense. A criação do orfanato Casa da Caridade foi uma das suas atribuições. Faleceu em 1925 e a pedido do povo Católico, foi sepultado no Jardim que existia na época, atrás da Matriz.



Figura 03. Padre Luiz Francisco de Sales Pessoa
(Monsenhor Sales)

Fonte: ARAÚJO; SOUSA, 2010.

Através do esforço do Monsenhor Sales, muitas benfeitorias arquitetônicas foram realizadas, transformando a humilde Igreja, num dos mais belos e importantes Templos do Estado da Paraíba. A conclusão desta reforma aconteceu apenas dois anos mais tarde, em 1887 (SOBRINHO, 2004).

O prédio da Igreja após a reforma contava com duas novas laterais, as duas imponentes torres, os corredores com as arcadas abertas para o corpo da Igreja, os altares principais e as espaçosas sacristia; eram dezoito os altares distribuídos simetricamente pelo corpo da Igreja. Além disso, o grandioso Altar-Mor, que guardava no centro a imagem de Nossa Senhora da Conceição, ladeada pelas imagens de São Luiz Gonzaga e São Francisco de Assis. Havia também os altares da Sagrada Família, Nosso Senhor, Nossa Senhora dos Mortos e a Pia Batismal.

Um detalhe importante para a formação do patrimônio da Igreja Matriz de Campina Grande é que em uma das duas torres existentes na parte superior encontra-se sem “agulha”, diferente da torre do outro lado, dando a impressão de ser uma construção inacabada (Figura 04). Estrategicamente, a torre sem “agulha” foi construída para nela serem hasteadas as bandeiras da Imaculada e dos Santos (ARAÚJO, 2007).

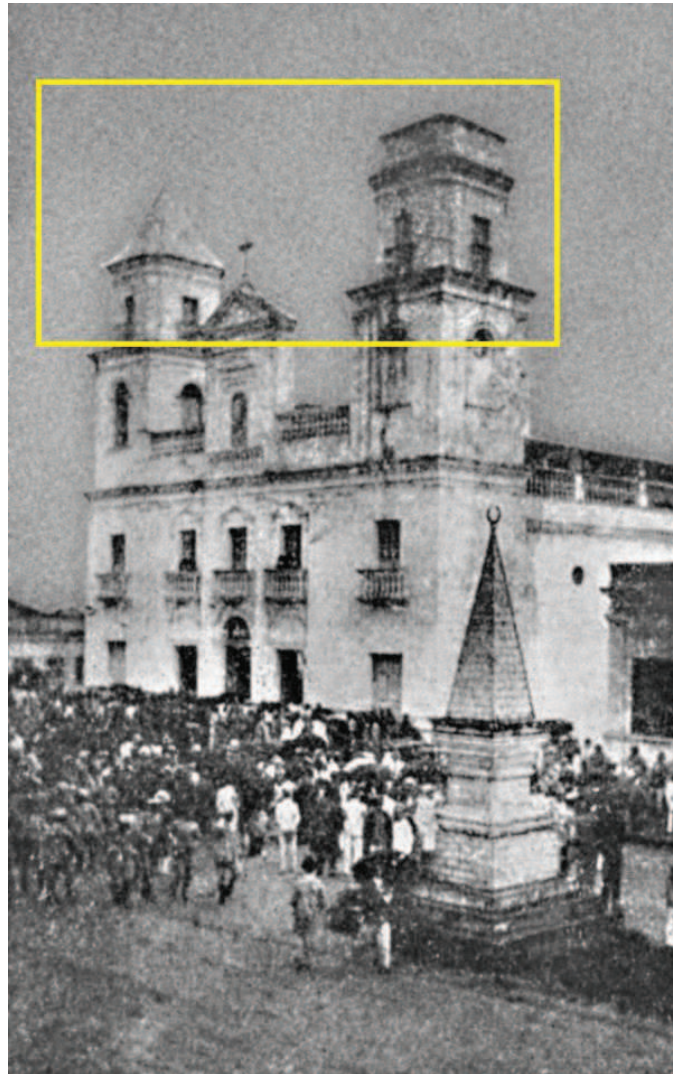


Figura 04. Matriz Nossa Senhora da Conceição – século XIX.
Fonte: ARAÚJO; SOUSA, 2010.

Segundo Guilouski et al (2009), as Igrejas quando construídas, tinham como uma das características a presença de uma ou duas torres para abrigar a cruz que simboliza a igreja católica. Além disso, para a Igreja Católica, as torres representam o inacessível, a segurança e a visibilidade, como a torre de um farol que orienta os navios. As torres são símbolos que apontam para o caminho certo.

Essas mudanças estão presentes até hoje, sendo apenas restauradas ao longo do tempo. Além disso, com o desenvolvimento urbano de Campina Grande, a Igreja Matriz tornou-se um prédio de destaque dentro do panorama patrimonial da cidade.

A Matriz seria beneficiada mais uma vez com a construção do Relógio do seu lado poente. Esse fato interessante aconteceu no final do século XIX, com a chegada da República. O Coronel Cristiano Lauritzen doou um saldo em dinheiro a uma obra de interesse local, ao

invés de entregar aos Republicanos. Monsenhor Sales contemplou a Igreja, na compra do Relógio da Matriz e em 1896, o Vigário Sales inaugurou solenemente o Relógio da Matriz.

A inauguração do relógio foi um acontecimento para a cidade, atraindo uma multidão para o Largo da Matriz para ouvir as primeiras badaladas. O referido relógio tornou-se um referência de tempo para a população, por ele, eram regulados os relógios particulares de bolso e de parede, além de servir os que não tinham relógios.

2.4.2 Processo de Desenvolvimento e Urbanização de Campina Grande no Século XX

Após os acontecimentos do século XIX, Campina Grande continua sua escalada de desenvolvimento, consolidando-se como uma cidade promissora. O processo de consolidação permite uma urbanização cada vez mais bem estabelecida, atrelada diretamente ao desempenho das atividades relacionadas à economia do comércio e à oferta de serviços, muito impulsionadas pela presença do algodão “o outro branco nordestino” (OLIVEIRA, 2007).

O algodão no início do século XX foi para Campina Grande a principal atividade responsável pelo crescimento da cidade, atraindo comerciantes de todas as regiões da Paraíba e de todo o Nordeste. Essa condição fez com que, em 1904 Campina Grande fosse beneficiada com a implantação da ferrovia (atualmente Estação Velha).

O trecho a ser construído era de Itabaiana até Campina Grande. Essa obra foi inaugurada em 1907. Considerada na época como uma obra audaciosa da empresa Great Western, que visava não só o aumento da produção de algodão, mas fundamentalmente o tempo de deslocamento entre os lugares (OLIVEIRA, 2007).

Como todo importante ato histórico, a chegada do primeiro trem à estação de Campina Grande foi marcada por uma grande presença popular com a participação de autoridades que estruturavam o cenário político da época (Figura 05).

Por muito tempo, a estação foi ponto de destaque no desenvolvimento econômico e cultural campinense. O transporte de produtos para outros portos do Brasil e Europa levava e trazia novidades e riquezas, influenciando a vida das pessoas. Além disso, a conexão com outros polos econômicos e sociais possibilitou aos campinenses o contato com culturas de outras partes do País.

Com a ferrovia um novo conjunto de elementos é inserido no espaço urbano de Campina Grande, como hotéis, clubes, escolas, fábricas, armazéns, transportes urbanos, bancos e luz elétrica. Além disso, a proximidade com Recife, que era um centro mais

desenvolvido, era a porta de entrada para a modernização e transformação de costumes culturais europeus (PORTO, 2007).



Figura 05. Estação Ferroviária de Campina Grande – 1907.
Fonte: OLIVEIRA (2007).

A edificação da Estação Ferroviária de Campina Grande mostra a descentralização da área urbana da cidade que até então era localizada em torno da Igreja Matriz da cidade. A Ferrovia não estava dentro do contexto do Largo da Matriz, sendo até a década de 1940, ponto de destaque no desenvolvimento econômico e cultural campinense.

Nas décadas de 1910 e 1920, a economia da Cidade vinha do que era produzido na sua área rural do município. Eram muitas fazendas existentes no território campinense, proporcionando a existência de um rebanho bovino que era o maior do Estado, com 29.555 cabeças. Também ficava em primeiro lugar na quantidade de suínos, com 9.100 cabeças e de equinos, com 7.694 animais (OLIVEIRA, 2007).

Em 1920 uma novidade importante que era almejada há muito tempo pelos moradores de Campina Grande, a chegada da iluminação elétrica (Figura 06), tanto pública, como domiciliar, substituindo a luz do candeeiro a gás. Vale salientar que Campina Grande não foi a primeira cidade do interior a receber tal serviço, Bananeiras e Areia já eram contempladas. No entanto, o fato impulsionou mais ainda o crescimento da cidade, devido à sua pujança econômica, política e social.



Figura 06. Chegada da luz elétrica à Campina Grande – 1920.
Fonte: ARAÚJO; SOUSA, 2010.

Com relação à Igreja Matriz, nesta mesma década, mais precisamente em 1929, houve a aquisição, através do Monsenhor José Tibúrcio, de um prédio por trás da Igreja, situado a Rua Afonso Campos (antiga Rua do meio). A casa passou a ser a residência do Vigário da Matriz. Foi comprada e registrada em nome da Diocese da Paraíba, por não ter ainda personalidade jurídica a futura Mitra Diocesana - nome jurídico da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil - de Campina Grande (OLIVEIRA, 2007).

A década de 1930 deu início a grandes mudanças na área urbana de Campina Grande, quando a cidade passou a fazer parte do plano de urbanização das grandes cidades brasileiras. A preocupação com o Planejamento Urbano das cidades brasileiras estava centrada no saneamento e embelezamento das áreas centrais, levando em conta o crescimento dos fluxos de transportes e automóveis (SOUSA, 2003).

A partir da explosão do crescimento urbano em meados do século XX, iniciaram-se algumas modificações significativas na resposta institucional frente às políticas urbanas, sendo o nascimento e a consagração do Planejamento Urbano. Na década de 1930, observa-se uma nova fase de afirmação do urbanismo e a sua consolidação enquanto área de conhecimento e de prática profissional.

Em Campina Grande, a reforma urbana teve início oficialmente em 1935, através do Decreto nº 51, baixado pelo então prefeito Antônio Pereira Diniz. Com esse Decreto se buscava meios diversos para a consecução de um projeto de saneamento e embelezamento da cidade (OLIVEIRA, 2007).

Com a publicação, foram atingidas diversas Ruas do Centro da cidade, mas que teve maior repercussão ao ser implantada na Rua Grande, que posteriormente passou-se a chamar Rua Maciel Pinheiro, era a Rua mais movimentada de Campina Grande. Ali residiam a maior parte da elite política, proprietária e comercial da cidade, até pelo menos meados dos anos 1930.

Até o ano de 1935 a predominância dos prédios, considerando os estabelecimentos públicos, comerciais e residências eram em sua predominância térreos, inclusive nas áreas centrais. Após este ano, se verifica uma grande mudança na configuração arquitetônica da cidade, antes era proibida legalmente a edificação de prédios com menos de um pavimento. Isso mudou com o Decreto 51 publicado em 1935.

(...) O Prefeito...

- Considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de m só pavimento;
- Considerando que o pode Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam;
- Considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento [...]

DECRETA

Art. 1 — Nas Ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Eptácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento [...] (SOUZA, 2003).

Este decreto mostra o interesse dos prefeitos da década de 1930 em levar em conta ao progresso e avanços de outras cidades, aderindo aos apelos antigos dos intelectuais locais. Não faltaram esforços para a execução de um projeto de saneamento e embelezamento da cidade.

Foi neste período, durante a gestão do prefeito Vergniaud Wanderley que começou uma substituição dos casarios antigos por casas em estilo arquitetônico moderno, fato que fez com que a cidade de Campina Grande perdesse parte de seus monumentos históricos.

Segundo Sousa (2003), para adequar a cidade aos novos modelos de estrutura e organização espacial urbana em progresso, o prefeito Vergniaud Wanderley procurou reestruturar os principais pontos da cidade que foi a Rua Maciel Pinheiro e a Praça Eptácio Pessoa, o Largo da Matriz e o do Rosário. Para isso foi desapropriada armazéns, casas, igrejas, estabelecimentos comerciais, incluindo prédios antigos de arquitetura secular (Figura 06).

Ao final da obra, nos trechos onde antes eram vistos dois largos estruturados em torno de duas igrejas, tinha-se agora uma longa avenida, com duas praças, alguns cafés e confeitarias, uma praça de automóveis e diversos edifícios municipais e estaduais, que com o passar do tempo, cortaram toda a cidade, tanto no sentido oeste quanto ao leste.

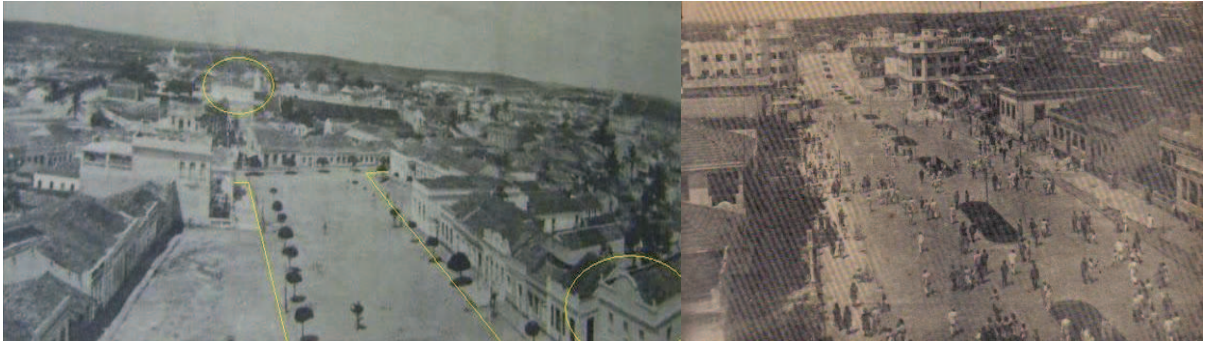


Figura 07. Projeto de reestruturação das ruas de Campina Grande.
Fonte: ARAÚJO; SOUSA, 2010.

Campina Grande, já bem mais estruturada na década de 1940 foi envolta até 1944, pelo clima da 2ª Grande Guerra Mundial, com a presença de diversas tropas federais do exército brasileiro. Porém, a cidade não era apenas guerra. Todos os outros setores continuavam funcionando e em alguns casos até com muita efervescência como é o caso da economia que sofre com o desabastecimento de produtos mais ganha com a exportação de minérios.

Para escoar a produção de minérios e outros produtos, foi construída em 1943 mais uma Ferrovia (atualmente Estação Nova), que ligava Campina Grande ao Sertão paraibano com a obra até a cidade de Patos e foi concluída a rodovia ligando Campina Grande a Monteiro, obra que dinamizou o comércio entre o município de Campina Grande e a região dos Cariris Velhos (LIMA, 2009). O campo social, a cidade também evolui bastante com a criação de espaços de lazer, integração social e cultural.

Em 1945 com o fim da Segunda Grande Mundial, Campina Grande, assim como todo o país, respira liberdade e desenvolvimento.

Até o final da década de 1940 registra-se o maior índice de crescimento da cidade, tanto em população como em área urbana, em 1947 a cidade contava com 13.259 prédios, mais de 70 Ruas, mais de 300 logradouros públicos, 07 avenidas e 06 praças pavimentadas, período que Campina se consolida como centro regional importante de todo interior nordestino.

Com o regime republicano a política em Campina Grande também evoluía rapidamente. Em 1945, já existiam na cidade, diretórios de cinco partidos políticos: UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrático), PPP (Partido Popular Progressista), PDC (Partido Democrata Cristão) e PCB (Partido Comunista Brasileiro). Esse momento político favoreceu mais ainda o desenvolvimento econômico de Campina Grande, atraindo novos investimentos e novas indústrias.

O crescimento econômico e político além do desenvolvimento urbano da cidade de Campina Grande tiveram reflexos na cúpula eclesiástica da Paraíba, tanto é que em 1941 a Matriz de Nossa Senhora da Conceição recebeu o título de “Paróquia Inominável”, através do Decreto do Arcebispo da Paraíba Dom Moisés Coelho. O título de honra que confere a Paróquia não pode deixar de existir como tal.

A partir da segunda metade do Século XX, a Igreja em Campina Grande, assim como em todo Brasil, passa a ter um novo papel dentro do panorama da sociedade. Aquela Igreja política, tendenciosa e autoritária, dá lugar para assuntos de importância sociais como o direito a terra aos pequenos agricultores, os direitos da mulher, da criança, do idoso e do negro, campanhas contra a fome e a miséria, além de se inserir na luta contra o aborto e o casamento homossexual.

A “nova igreja” tem o propósito que se tornar solidária, de estar mais perto do povo, servir verdadeiramente ao povo. Seu papel político inclui as lutas dos camponeses, contra a violência urbana e doméstica e também, defende uma maior presença da União nos programas de desenvolvimento social e educacional.

Para Garcia (2003, p. 177), “sem sombras de dúvidas, a mudança de atitude da Igreja Católica, na segunda metade do século XX, foi um dos fatores mais significativos do funcionamento da política social no Brasil”.

2.4.3 Criação e Desenvolvimento da Diocese de Campina Grande

Em 1949, Campina Grande tornou-se Diocese da Igreja Católica Apostólica Romana, através do papado de Pio XII. A partir de então, oficialmente a Matriz de Nossa Senhora da Conceição passa a se chamar Catedral de Nossa Senhora da Conceição, passando a desempenhar um papel relevante na cidade, dando-lhe um impulso novo, com o surgimento de várias instituições de cunho educacional, religioso ou social na cidade, dando um novo aspecto sobre a importância religiosa da população (TAVARES, 2007 apud ALMEIDA, 1978).

Segundo Soares (2009), a Catedral é o símbolo da unidade da Igreja diocesana. É a Igreja sede de uma Diocese ou Arquidiocese, onde o Bispo ou Arcebispo exerce o seu Magistério Episcopal, a sua função ministerial de ensinar a reta doutrina cristã. Na Catedral, a cadeira onde o Bispo se senta, na presidência das celebrações litúrgica, é chamada de Cátedra - Cadeira onde o Bispo se senta, na presidência das celebrações litúrgica.

Campina Grande torna-se a terceira Diocese fundada na Paraíba. Até então, só existia a própria Diocese da Paraíba, que foi elevada em 1914 a Arquidiocese e a Diocese de Cajazeiras que foi desmembrada da arquidiocese no mesmo ano de sua criação (1914).

Com a criação da Diocese, Campina Grande passa eclesiasticamente a ser uma circunscrição da Igreja Católica no Brasil, pertencente à Província Eclesiástica da Paraíba e ao Conselho Episcopal Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo sufragância - dependência - da Arquidiocese da Paraíba. A Sé Episcopal está na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba (ARAÚJO, 2007).

Delicato (2010), Diocese, para a Igreja Católica Apostólica Romana, é uma Circunscrição territorial sujeita á administração eclesiástica de um Bispo, ou, por vezes, arcebispo, ou dum patriarca. É composta por um determinado número de paróquias, organizada em setores, numa determinada área geográfica, tendo como Igreja sede, uma Catedral.

A Diocese garante a formação dos agentes de pastoral, a orientação para a celebração dos sacramentos e a dinamização da ação evangelizadora, além de outras atribuições. É confiada ao Bispo Diocesano a responsabilidade de governar a Igreja particular, com poder legislativo, executivo e judiciário, de acordo com o direito canônico.

Com a criação da Diocese de Campina Grande em 1949, assumiu o primeiro Bispo da Diocese de Campina Grande, Dom Frei Anselmo Pietrulla, Ordem dos Frades Menores, também conhecida como Ordem Franciscana. Frei Anselmo veio da Prelazia de Santarém, no Pará. Seu bispado durou até 1955. Foi um dos responsáveis pela vinda do Instituto da Imaculada Conceição de Nossa Senhora de Lourdes para Campina Grande.

No bispado de Dom Frei Anselmo Pietrulla foi construída uma nova Casa Paroquial, em 1951, com a alienação do prédio da Rua Afonso Campos que servia para residência paroquial. A vantagem dessa construção foi a comunicação direta com a Catedral, o que não havia antes.

Outro fato importante na Diocese de Campina Grande, tendo Dom Anselmo Pietrulla à frente dos trabalhos administrativos, ainda na década de 1950, foi a construção do

Monumento a Nossa Senhora da Conceição ao lado da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, em homenagem ao centenário do Dogma da Imaculada Conceição de Nossa Senhora. O Monumento foi inaugurado em 1954 pelo Bispo com uma missa comemorativa.

Em 1956, foi nomeado o segundo bispo para a Diocese de Campina Grande, Dom Otávio Barbosa Aguiar, antes Bispo Auxiliar de São Luís (MA), que ficou à frente da Diocese até 1962. Em seu bispado, ocorreu a fundação em 1957 do Seminário Diocesano São João Maria Vianney, localizado no Bairro do Alto Branco (antigo Bairro Lauritzen).

Foi também realizado durante o período de bispado de Dom Otávio o I Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande no ano de 1956, no qual foram debatidos os problemas da região Nordeste, dentre os quais a desigualdade social e a fixação do homem nordestino, visando a reduzir os efeitos do êxodo para as grandes cidades sulistas. O importante conclave teve as presenças ilustres do Presidente da República Juscelino Kubsticheck de Oliveira e Dom Helder Câmara.

Em sua gestão já na década de 1960, foi fundada três capelas – Capela de Santa Madalena, Capela de São Sebastião e Capela de São Pio X, as quais serviram para os diversos serviços de evangelização.

A Capela de Santa Madalena foi construída, por iniciativa do Padre José Bonifácio Araújo para ser o Centro Catequético do Mercado, com Missa dominical, catecismo, escola de Artes domésticas, com vistas à recuperação das Mães Solteiras, que habitavam neste local.

Um ano depois, em 1961 a imagem de Santa Madalena deixa a Catedral definitivamente para ocupar o seu novo trono na sua capela, à Rua João de Sá, no mercado.

Com relação à Capela São Sebastião, que foi construída no Bairro do Alto Branco para servir como Capela-Escola, também foi iniciativa do Padre José Bonifácio. Em sua estrutura sustentava alunos matriculados que tinha o auxílio financeiro do apostolado da oração. Além disso, havia ainda na Capela a Missa Dominical e Catecismo que completam a assistência paroquial junto às mães desamparadas. Em seu Conjunto Social compreendia: Igreja, Escola, Artesanato, Ambulatório, Clube, Parque de Esporte, Biblioteca e Sala de Reuniões (TAVARES, 2007).

Foi através dos esforços do Padre Antônio Nóbrega de Albuquerque, que foi criada a Capela de São Pio X, através da doação do prédio feita pelo senhor José de Brito, empresário da cidade. Destacava-se em sua arquitetura a Sacristia e o Altar.

Após a saída de Dom Otávio Barbosa Aguiar, como era conhecido, foi nomeado como terceiro Bispo da Diocese de Campina Grande, Dom Manuel Pereira da Costa, que tomou posse e ficou até 1981, quando renunciou por motivos de saúde. Vale salientar que Dom

Otávio Barbosa Aguiar, tornou-se o Primeiro Bispo Emérito de Campina Grande e viveu os últimos anos de vida no Lar da Providência em João Pessoa.

Dom Luís Gonzaga Fernandes foi o quarto Bispo da Diocese de Campina Grande, assumiu suas funções em 1981. Teve grande atuação junto à sociedade política e religiosa da cidade, ainda em sua gestão à frente da Diocese veio a falecer e foi sepultado à frente do altar de Santa Terezinha do Menino Jesus na Igreja Catedral de Nossa Senhora da Conceição em Campina Grande. Seu bispado durou até 2000.

Logo após, foi nomeado como Bispo Coadjutor de nossa Diocese, Dom Matias Patrício de Macêdo, em 2000. Em 2001, Dom Matias assumiu definitivamente como Bispo diocesano de Campina Grande ficando até 2003 quando foi promovido a Arcebispo e transferido para a Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte.

Atualmente, quem governa a Diocese de Campina Grande é o bispo Dom Jaime Vieira Rocha, desde 2005. Dom Jaime é o sexto Bispo Diocesano de Campina Grande.

Fazem parte do território eclesial da Diocese de Campina Grande 48 paróquias, sendo que 18 só na cidade de Campina Grande. As Paróquias estão distribuídas em 61 cidades no Agreste, Brejo, Curimataú e Cariri paraibano, além do Zonal Sericar. Conta também com 02 áreas pastorais e 01 Seminário.

Quanto à localização geográfica da Diocese de Campina Grande, a mesma encontra-se no centro do Estado da Paraíba e limita-se ao Norte com a Arquidiocese de Natal - RN e a Diocese de Caicó - RN; ao Leste com a Arquidiocese da Paraíba - PB e a Diocese de Guarabira - PB; ao Sul com as Dioceses de Nazaré da Mata - PE, Caruaru - PE e Pesqueira - PE; e ao Oeste limita-se com as Dioceses de Patos - PB e Afogados da Ingazeira - PE (SOARES, 2009).

Em 2007, após mais de três anos de restauração e reforma, foi realizada a celebração de “Dedicação da Igreja” Catedral de Campina Grande pelo Bispo Dom Jaime. Na oportunidade, foi colocada a relíquia de Santo Antônio de Galvão no altar da Sé Diocesana, pelas mãos de Dom Lorenzo, assistido de perto pelo Senhor Bispo diocesano, além da inauguração do novo centro pastoral da catedral.



CAPÍTULO III

A IGREJA COMO PATRIMÔNIO

A Igreja com sua representação arquitetônica e de bens materiais tais como o prédio, altares, mobiliário, vitrais, pia batismal, imagens, livros de tombo e livros sagrados, conta também com os bens imateriais que são os dogmas, doutrina e os sacramentos, a partir da Idade Média, tornou-se parte do patrimônio histórico e cultural em todas as partes do mundo, devido ao acervo de valor inestimável, representativos da fé cristã.

O termo patrimônio, quando relacionado à história e à arte tem a origem da palavra *pater*, que significa pai ou paterno que dizia respeito à herança que era transmitida aos filhos. Com o passar dos tempos, o termo patrimônio foi relacionado aos bens que tinham valor histórico e artístico dentro da estrutura das sociedades, sendo passado para as gerações futuras com uma simbologia própria (MURGUIA; YASSUDA, 2007).

O patrimônio histórico e artístico hoje é identificado como patrimônio cultural ou histórico-cultural, se caracteriza por ser “o conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social [...]” (PINTO, 2008, p. 03).

Neste contexto, a Igreja como patrimônio histórico-cultural é um bem precioso da arquitetura mundial. A importância da Igreja como patrimônio envolve questões arquitetônicas, artísticas e religiosas que estão intimamente ligadas dentro do mundo religioso contemporâneo.

Segundo Pinto (2008), a Igreja Católica, na sua atividade cotidiana, guarda um grande acervo patrimonial, constituído pelos bens de valores materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, nos quais se consubstancia um legado importantíssimo para as comunidades.

3.1 A CATEDRAL DE CAMPINA GRANDE ENQUANTO PATRIMÔNIO

Ao contemplar a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Campina Grande percebe-se suas linhas arquitetônicas que nos remete ao estilo eclético, ou seja, neoclássico acentuando a riqueza patrimonial que nela existe. Seu conjunto arquitetônico e a Arte Sacra encontrada em cada recanto da Igreja fazem dela um dos mais belos e tradicionais templos católicos do Estado da Paraíba.

Sua origem como templo religioso vem desde a fundação de Campina Grande e sua trajetória inserida na história da cidade. Sua construção foi possível através de uma doação do terreno pelo então Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Ledo, no sítio Campina

Verde, onde foi erguida uma Capela para a realização de celebrações religiosas e a catequização dos índios.

Até a década de 1880 a Igreja Matriz de Campina Grande era uma Igreja humilde e talvez, uma das menores do Estado. Coube ao Padre Luiz Francisco de Sales Pessoa - o tão conhecido Monsenhor Sales - o mérito de iniciar os trabalhos de reforma que viria a transformar o tradicional templo num dos mais belos e importantes do Estado.

A nave da Igreja, já elevada à Catedral, foi restaurada algumas vezes no que diz respeito ao seu conjunto arquitetônico e de Arte Sacra e ampliada com relação ao espaço ocupado. Além de seu valor histórico, é um excepcional exemplar da arquitetura religiosa que foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), através do decreto estadual nº 25.139 do ano de 2004, assegurando a preservação do prédio. O tombamento é o registro de todos os bens públicos e privados que poderão ter o reconhecimento histórico no Estado (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

A Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Campina Grande assim como qualquer imóvel tombado por algum órgão do patrimônio histórico, não pode ser demolida, nem mesmo reformada. Pode apenas passar por processo de restauração, seguindo normas específicas, para preservar as características originais da época em que foi construído.

Vale salientar que, mesmo antes deste reconhecimento do IPHAEP, a Catedral já havia recebido o título de Paróquia “Inamovível” pelo então Arcebispo Dom Moisés Coelho, em 1941. Tal título é dado à Paróquia conferindo o direito de ser secular insubstituível do grande corpo que é a Igreja, ou seja, esta Paróquia não pode deixar de existir com tal.

Localizada na Avenida Floriano Peixoto, na área central da cidade, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição possui em seu conjunto patrimonial, além do templo central, o monumento a Nossa Senhora da Conceição, Casa Paroquial, além de prédios anexos. No seu interior, encontra-se a Capela do Santíssimo que também faz parte do patrimônio arquitetônico da Igreja.

No entanto, o patrimônio da Catedral de Nossa Senhora da Conceição não se restringe ao seu conjunto arquitetônico, mas se estende para a riqueza de sua Arte Sacra, bem como valores históricos e culturais que foram sendo construídos ao longo do tempo junto com a história da cidade.

Com relação à Arte Sacra existente na Catedral, trata-se de uma obra prima dos séculos XVII e XVIII. As imagens estão espalhadas por toda a Igreja formando um conjunto de estátuas ornamentais de grande valor patrimonial.

Segundo Queiroz (2010), a Igreja Católica sempre prezou pela Arte Sagra em seus templos religiosos e até financiou durante muito tempo tais manifestações artísticas. O Vaticano é o maior exemplo de como a religião expirou grandes artistas e patrocinou a produção das artes plásticas. Nomes como Leonardo Da Vinci, Botichelli, Galdi e Michelangelo criaram obras primas que, até hoje são contempladas no mundo todo. No Brasil, o maior mestre nessa categoria foi o escultor mineiro Aleijadinho, mestre no estilo Barroco.

Por se tratar de uma arte que está presente nos templos religiosos, frequentemente a Arte Sacra é confundida com Arte Religiosa, porém elas são distintas no seu significado.

A arte sacra difere da arte religiosa, a qual o sagrado estaria no simbolismo inerente às formas, e o religioso nas representações “naturalistas”, que buscam evocar sentimentos e, como no Renascimento, vão em favor da razão discursiva, rejeitando a intuição que é transmitida pelo símbolo (MANÇANARES, 2009, p. 03).

Em outras palavras, a Arte Sacra está acima das preferências do artista, pois os interesses são da comunidade cristã. Assim, não há formas fixas, cristalizadas, na Arte Sacra, não há um estilo definido. Já a Arte Religiosa é a representação de sentimentos do homem com relação a Deus, são formas perfeitas e que fazem referência ao que é sagrado.

Essa divisão entre as duas artes é proposta pela Igreja para evitar abusos e elementos profanos que não se adéquam ao fim da verdadeira Arte Sacra. E, essas regras se encontram no Código de Direito Canônico que se refere, entre outras coisas, à construção de Igrejas, as imagens de Santos, aos utensílios litúrgicos, as músicas e até a guarda e a vigilância do patrimônio artístico.

Segundo Santana (2007), o Código de Direito Canônico regula também a construção de Igrejas, as imagens permitidas nos recintos religiosos, os objetos litúrgicos utilizados nos rituais, os sacrários aceitos e a manutenção deste patrimônio artístico.

Portanto, a Arte Sacra encontrada na Catedral de Nossa Senhora da Conceição é uma fonte de riqueza para cada cristão-fiel e para comunidade. Certamente, ela existe para elevar o homem e o aproximar de Deus. Para a Igreja a arte tem uma importância eclesial. O Papa João Paulo II, já perto de morrer, dizia que “a arte precisa da Igreja, a

Igreja precisa da arte e o mundo tem necessidade do belo para não cair no desespero” (QUEIROZ, 2010).

Portanto, faz necessário descrever a importância da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Campina Grande, enquanto patrimônio, especificando sua arquitetura em todos seus detalhes, além de componentes importantes como o Relógio, Pia Batismal, Imagens, Vitrais e a Capela do Santíssimo.

3.1.1 Arquitetura da Catedral

A arquitetura das Igrejas brasileiras está inextricavelmente ligada a vários princípios místicos, principalmente no que diz respeito à Arte Sacra encontrada em quase todos os templos construídos no século XVII. A Arte Barroca aparece no templo a exemplo das formas de arcos arredondados em suas portas, janelas, bem como no seu interior.

Segundo a EMDIV (2008), o estilo barroco veio logo após o Renascimento em Roma no fim do século XVI e se consolidou em toda a Europa durante um século. Difundiram-se as plantas elípticas, circulares ou mistilíneas. As fachadas se tornaram mais sinuosas e os efeitos do claro-escuro ganharam importância. Os interiores também se orientaram por critérios cenográficos e combinou-se a decoração escultórica à pictórica. A arquitetura barroca criou belos templos e contribuiu para decorar e concluir muitas catedrais já existentes.

No Brasil, a Arte Barroca foi trazida através dos missionários portugueses que utilizavam o estilo na construção das Igrejas. Desta forma, o estilo barroco difundiu-se por todas as regiões do país, e em cada uma delas assumiu algumas características especiais (PROENÇA, 2009).

Na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Campina Grande o estilo barroco foi utilizado na sua arquitetura na reforma realizada pelo Monsenhor Sales. Sua fachada conta com um conjunto de janelas distribuídas por toda área externa, sendo que onze possuem sacadas; três portas frontais com degraus para acesso ao interior da Igreja. Consta de dois corredores laterais (esquerda e direita) que dão acesso ao interior da Igreja.

Com relação ao acesso para o corredor do lado direito, é feito através de rampa frontal de entrada com portas ao longo do referido corredor, conta também com um muro gradeado com pilares no estilo barroco; Com relação ao corredor do lado esquerdo além

da rampa frontal, existem duas rampas laterais que dão acesso a Igreja, ao longo do corredor existe várias portas de entrada, com o muro de proteção só que em alvenaria (Figura 08).

Na parede lateral esquerda foram colocadas entradas de ar para maior ventilação dentro da Igreja.



Figura 08. Vista externa da Catedral de Campina Grande.

Fonte: ARAÚJO; SOUSA, 2010.

A Catedral de Nossa Senhora da Conceição, seguindo o formato das Igrejas brasileiras dos séculos XVII e XVIII possui em sua estrutura, duas torres laterais que abrigam janelas, o sino e o relógio da matriz. Na torre esquerda localiza os sinos e no lado direito o relógio virado para o poente.

Segundo Betiato (2007), o significado das torres da Igreja reforça a ideia de um Deus transcendente, criador, que está para além da criação. Em virtude disso, a arquitetura com suas torres apontando para o céu, para o alto representando o inacessível, a segurança e a visibilidade, assim como a torre de um farol que orienta os navios. Elas são símbolos que apontam para o caminho certo.

As torres da Catedral de Campina Grande têm uma particularidade, na parte superior da torre à direita está sem agulha, dando a impressão de ser uma construção inacabada, como mostra a Figura 07. Isso ocorreu propositalmente para nela serem hasteadas as bandeiras da Imaculada e dos Santos.

Em outra versão, o Padre Nelson, chanceler da Cúria Diocesana de Campina Grande afirma que a torre com a impressão de estar inacabada simboliza a Igreja em crescimento. A torre indica a missão dos discípulos de Jesus, alimentados pela escuta do evangelho, vivência dos sacramentos e pela devoção a Maria Santíssima e aos Santos. A torre simboliza também a história e a fortaleza do povo campinense em lutar pela sua

independência e desenvolvimento. O ouro (amarelo) da torre simboliza a nobreza da generosidade, que supera todas as dificuldades com a força do trabalho e a partilha dos dons e dos bens.

Ao analisar a parte interna da Catedral, constata-se que a mesma abriga uma riqueza arquitetônica em seus arcos laterais, nos altares dispostos e até no seu piso feito em mármore, com uma lindíssima passarela com detalhes de figuras retangulares em preto, dando uma visão retilínea da área (Figura 09).

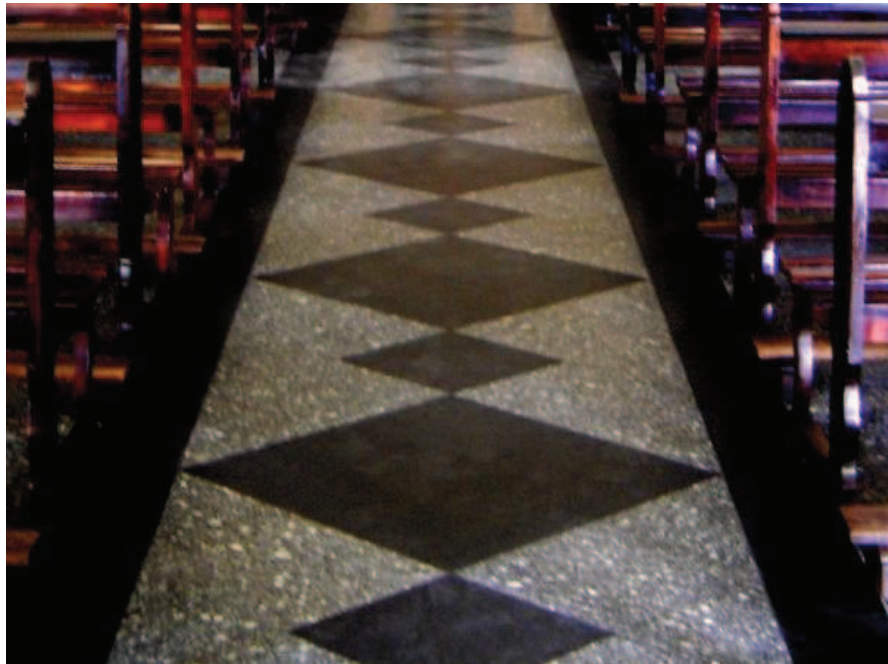


Figura 09. Passarela da Catedral de Campina Grande.
Fonte: FEITOSA, 2008.

O mármore no piso das Igrejas substituiu os mosaicos utilizados até o século XII, numa época em que nas Igrejas não se tinham assentos e bancos e o piso mostrava-se por inteiro aos fiéis. Porém, tal substituição não apagou o brilho e a importância dos pisos nas Igrejas, pelo contrário, com uma organização geométrica regular e o posicionamento observa os princípios da simetria, o mármore junta-se a riqueza e beleza da Arte Sacra.

Com relação aos arcos na parte interna da Catedral, estão localizados no lado direito e esquerdo. Sua forma remete ao estilo barroco com arcos em meia circunferência sobre duas colunas, formando um corredor que finda no Altar-Mor. Os arcos abrigam também os quadros com as passagens da Via Sacra (Figura 10).

Neste aspecto, segundo Justino (2004), as Igrejas do estilo barroco no Brasil são remanescentes do Renascimento. Seus arcos se caracterizam por serem semi-esférico e

estão fixadas por colunas interligadas entre si, formando um conjunto harmonioso que sustenta toda a estrutura do templo religioso.

Em termos gerais, os arcos ressaltam-se sobre características construtivas da arquitetura barroca, evidenciando-se como elementos formais nas fachadas e interiores dos edifícios, bem como no mobiliário. Ainda em relação aos arcos, devem ser notadas as ligações entre colunas ou pilastras que não são mais restritas aos tradicionais em semicírculo e sim incluindo formas elípticas e ovais, em contraste total com os preceitos renascentista e de gosto clássico.

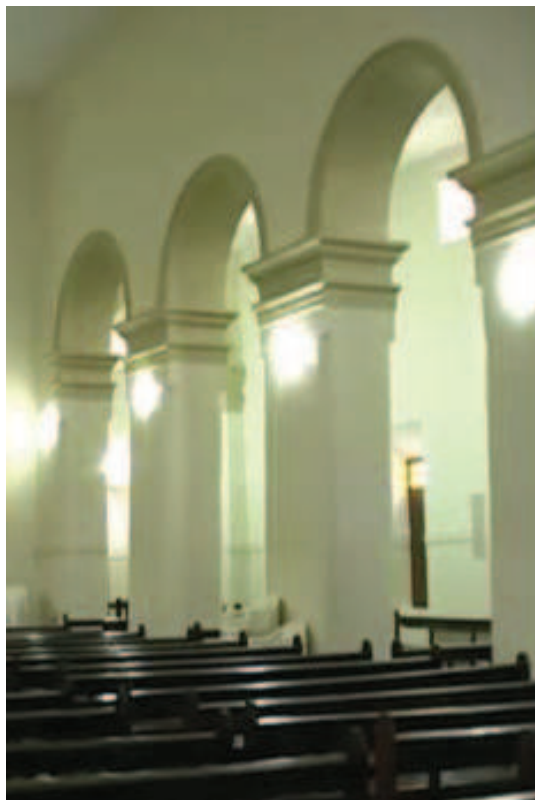


Figura 10. Arcos internos da Catedral.

Fonte: Acervo próprio

Outro belíssimo artefato encontrado na Catedral são os altares espalhados simetricamente pelo corpo da Igreja. Além desses, destaca-se o Altar-Mor (Figura 11), disposto do lado oposto à entrada do templo, em sua parte central chamando a atenção dos fiéis para a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade de Campina Grande que está ladeada pelas imagens de dois oligarcas religiosos: São Luiz Gonzaga e São Francisco de Assis.

Segundo Silva (2010), o altar principal ou Alta-Mor deve estar disposto de frente para o povo, possibilitando a assembleia perceber e sentir, realmente, a presença do Cristo presidindo a ação litúrgica na pessoa do sacerdote. Na verdade, como sabiamente nos orienta

a Igreja, o altar deve ocupar um lugar que seja, de fato, o centro para onde espontaneamente se volte à atenção dos fiéis. Isto significa que nada tem maior destaque do que o altar, que deve ser fixo e consagrado.



Figura 11. Altar-Mor da Catedral de Campina Grande.
Fonte: QUEIROZ, 2010.

Segundo Ribeiro (2006) a obra do Altar-Mor no estilo barroco foi constituída dentro de um período de transição estilística, o qual predomina um acentuado volume barroco. É proeminente o trabalho de entalhamento, simultaneamente a outros detalhes que dão vida ao local. Do ponto de vista formal, o que é relevante é a erudição dos detalhes que evidenciam uma conjugação de elementos, arquitetônicos, ornamentais e iconográficos.

Com relação à simbologia do Altar-Mor das Catedrais, Milani (2008) afirma que o mesmo é um centro gerador; tudo parte dele e tudo retorna para ele. É o pólo da comunidade celebrante. Não se trata apenas de uma peça a mais na Igreja, é sinal permanente da presença do Cristo sacerdote e vítima, mesa do sacrifício e do convívio pascal. O altar é em si mesmo uma imagem do Cristo, é um mistério de fé e de espera, o lugar onde reside a glória de Deus. O altar é o centro de tudo: do povo, da cidade, do mundo, da Igreja e imagem dela.

Percebe-se que a riqueza arquitetônica da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na cidade Campina Grande em consonância com a Arte Sacra encontrada naquele templo religioso,

mostra que arte de culto que decoram seu interior, com os Santos e os principais mistérios bíblicos da fé é um trabalho que consiste na expressão de formas perfeitas e corresponde a Protótipos Sagrados de inspiração celeste, através da celebração comunitária e da oração pessoal dos que lá frequentam.

No entanto, um fato histórico sobre a arquitetura da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, está relacionado aos afrescos pintados no ano de 1935 pelo artista plástico Miguel Guilherme, natural de Sumé, no Cariri paraibano, os quais permaneceram como manifestação de cultura sacra em nossa Matriz até o ano de 1963 (Figura 12). A História conta que um incêndio destruiu parte da obra e ao invés de restaurada o bispo da época, autorizou a cobertura com tinta de todas as gravuras na extensão da nave da Igreja.



Figura 12. Afrescos da Catedral feitos em 1935 que desapareceram após um incêndio.
Fonte: ARAÚJO; SOUSA, 2010.

Portanto, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição não conta mais com essa obra magnífica de Arte Sacra devido ao descaso das autoridades eclesiásticas da época. Tem-se uma esperança que haja um despertar sobre o valor da referida obra e, através de uma restauração, ela seja devolvida para o deleite e admiração da população campinense.

3.1.2 O Relógio da Catedral

O Relógio da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Campina Grande foi construído em 1896, por ordem do Monsenhor Sales. A obra foi realizada com uma quantia doada pelo Coronel Cristiano Lauritzen em 1891, alegando não querer repassar o

dinheiro para os republicanos. Em sua inauguração o Relógio da Catedral trouxe uma multidão para o “Largo da Matriz”, na curiosidade de ouvir as primeiras badaladas e ver girar os ponteiros.

O Relógio está localizado na Torre direita, voltado para o poente que fica na parte lateral da Igreja (Figura 13). Este fato se deu pelo fato da cidade, naquela época, ter a maioria de sua população residindo naquela direção. Por muito tempo o Relógio da Catedral serviu para orientar o comércio e até hoje está presente fazendo parte do patrimônio da Catedral.



Figura 13. Destaque para o relógio da Matriz.
Fonte: Adaptação da autora.

Segundo Ribeiro (2006), nas torres das Igrejas foram colocados relógios, de onde soavam horas iguais para os serviços religiosos. A subida dos relógios às torres dos mosteiros e das Igrejas tornou-os um patrimônio público não só de valor simbólico, mas também, servindo de instrumento para orientação do tempo para a população.

Vale salientar que o primeiro relógio construído em uma Igreja foi o da Catedral de Canterbury 1292, considerada a maior Igreja medieval da Europa, classificada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

3.1.3 Pia Batismal da Catedral

Um dos patrimônios fabulosos da Arte Sacra da Catedral de Nossa Senhora da Conceição é a Pia Batismal (Figura 14), com um simbolismo muito grande, dos anjos e dos diáconos, encontra se localizada na parte lateral do templo à direita.



Figura 14. Pia Batismal da Catedral de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: QUEIROZ, 2010.

De acordo com Silva (2005), a referência da Pia Batismal para o cristianismo diz respeito ao local onde se realiza o batismo que é um dos sacramentos mais importante da Igreja Católica. A Pia Batismal significa também o rito de passagem ou a iniciação a um mundo superior.

No princípio do cristianismo não havia pias batismais, mas verdadeiras piscinas, onde todos eram batizados dentro da água. Já houve tempo em que os fiéis, quando entravam nas Igrejas, iam beijar a Pia Batismal.

Historicamente, foi na Idade Média, que a Pia de água benta se tornou um elemento fixo nas Igrejas, adquirindo relevância, quer como elemento arquitetônico isolado, quer como bacia acoplada a uma pilastra ou parede.

É partir do século XII que esse objeto litúrgico passa a ter um grande valor, conseguindo um espaço de maior importância numa construção religiosa, culminando no período barroco, quando esses objetos sacros vão receber um tratamento de exuberância e magnificência.

Portanto, a Pia Batismal tem uma simbologia importante dentro do patrimônio sacro da Catedral, pois além de sua função eclesial, é uma bela peça ornamental.

3.1.4 Imagens da Catedral

A Catedral de Nossa Senhora da Conceição possui valiosas imagens de Santos da devoção cristã, adquiridas ao longo de 310 anos de existência do templo religioso, dentre as quais Nossa Senhora das Dores, Santo Irineu, Santo Antônio, São João Batista e Santa Terezinha, conta também com belas e impressionantes imagens de Jesus Morto, Jesus dos Passos e Jesus Ressuscitado (Figura 15). Além de arte, essas imagens servem para reflexão e devoção dos fiéis.



Figura 15. Jesus Morto, Jesus dos Passos e Jesus Ressuscitado.
Fonte: QUEIROZ, 2010.

Exemplos que a Arte Sacra mobiliza os fiéis, são as duas estátuas que existem na Catedral de Campina Grande, a de São Joaquim, que foi doada curiosamente por três pessoas com o nome de Joaquim: Joaquim Amorim Junior, Joaquim Azevedo, Joaquim Nereu dos Santos pela passagem dos 50 anos da Catedral e a outra à esquerda, é a doação de uma obra de arte, no caso a escultura de Santa Ana, doada pela Comunidade Santa Ana de Alagoa Nova, também em comemoração aos 50 anos da Catedral (Figura 16).



Figura 16. Imagens doadas em comemoração aos 50 anos da Diocese.
Fonte: QUEIROZ, 2010.

Além das imagens do estilo barroco tradicional, são encontrados também quadros que utilizam a técnica do envasamento que retratam importantes passagens da Bíblia como o Cristo Crucificado e a Santa Ceia (Figura 17).



Figura 17. Arte Sacra no estilo vazado na Catedral
Fonte: QUEIROZ, 2010.

O início ao culto às santas imagens se deu a partir do século V e teve um inesperado impulso durante e após o imperador Bizantino, Justino II.

A arte cristã [...] havia desenvolvido uma iconografia religiosa e havia representado tipos ou cenas tomadas de empréstimo à Sagrada Escritura para seus muros e monumentos. Tais representações, além da função decorativa e pedagógica, possuíam já um certo valor de sacralização. Danielou e Marrou (1997 apud BOY, 2001, p. 07).

Ainda hoje a Igreja Católica Apostólica Romana mantém o costume de ornar as Igrejas com imagens de Cristo, da Virgem Maria e dos Santos, como nos revela o Cânone 1188 do código do Direito Canônico mencionado por Boy.

Mantenha-se a praxe de propor imagens sagradas nas igrejas, para a veneração dos fiéis; entretanto, sejam expostas em número moderado e na devida ordem, a fim de que não se desperte a admiração no povo cristão, nem se dê motivo a uma admiração menos correta. Boy (2001, p. 13).

Portanto, as imagens encontradas na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Campina Grande vão além do valor artístico como patrimônio, mas representa uma cultura cristã que simboliza uma trajetória histórica vivida por vários personagens que lutaram em favor da fé.

3.1.5 Vitrais da Catedral

Na Catedral de Nossa Senhora da Conceição não existe vitrais nas paredes laterais, apenas no interior da Capela do Santíssimo, onde encontramos belos vitrais que retratam o milagre da multiplicação dos pães, a partilha do pão e o lava pés (Figura 18).



Figura 18. Vitrais encontrados na Capela do Santíssimo na Catedral.
Fonte: QUEIROZ, 2010.

Os vitrais foram inseridos nas Igrejas no período gótico, da Idade Média (séculos XII e XIII) e tem finalidade de passar um ar iluminado simbolizando a luz de Deus que adentra o templo sagrado. Segundo Viola (2005, p. 56).

Os vitrais foram introduzidos nas igrejas no século VI por Gregório de Tours (538-593 d.C.). Os vitrais foram colocados nas estreitas janelas das igrejas românicas. Suger (1081-1151 d.C.), abade de São Denis, ampliou o uso dos vitrais coloridos. Ele adornou os vitrais com pinturas sagradas. Ele foi o primeiro a usar vitrais coloridos nas janelas dos edifícios da igreja. Ele os colocou em suas catedrais góticas [...] os vitrais criaram um sentido expressivo de majestade e esplendor. Provocaram sentimentos associados à adoração de um Deus poderoso e intimidatório.

As simbologias das escrituras nos vitrais retratam os códigos do cristianismo e passagens da Bíblia como forma de ensinar à população um pouco mais sobre a religião. Esse tipo de arte eminentemente religiosa permanece até os dias atuais em diversas Igrejas espalhadas por todo Brasil.

3.1.6 Capela do Santíssimo da Catedral

Em todas as Igrejas é recomendada a existência de uma Capela destinada à reserva da Santíssima Eucaristia, para que os fiéis ao entrarem na Igreja, sempre dobrem os joelhos diante do Sacrário do Santíssimo.

Segundo Queiroz (2010), o Santíssimo Sacramento deve ser conservado num lugar realmente importante, normalmente distinto da nave da Igreja, apropriado à adoração e à oração, sobretudo pessoal, nobremente ornado e adequadamente iluminado.

Na Capela do Santíssimo da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, é um local de magnífica beleza e expressividade sacra indiscutível. Tem-se na entrada dois anjos guardiões belíssimos, um portão em metal e vitral que foi restaurado e pede aos visitantes que tire as sandálias ao entrar na Capela do Santíssimo que guarda no seu interior obras de arte única. Padre Assírio descreve a Capela do Santíssimo no seu significado simbólico do número “oito”:

Oito são os lados da Capela, diz respeito aquilo que vai além do sete, é o totalmente novo, quando a gente vinha do Antigo Testamento com diversos significados para o sete, Jesus ressuscitou e oito dias Ele aparece aos apóstolos, então o oito é o para além do sete” (QUEIROZ, 2010, p. 17).

Algumas peças merecem destaque como o Santíssimo Dourado da Catedral, como os quatro vitrais, o Sacrário e o teto fabuloso. É, de fato, um conjunto de peças místicas das que impressionam desde a entrada. O lugar transmite um ar místico que inspira respeito, um medalhão de madeira em alto relevo no teto narra a passagens bíblicas (Figura 19).

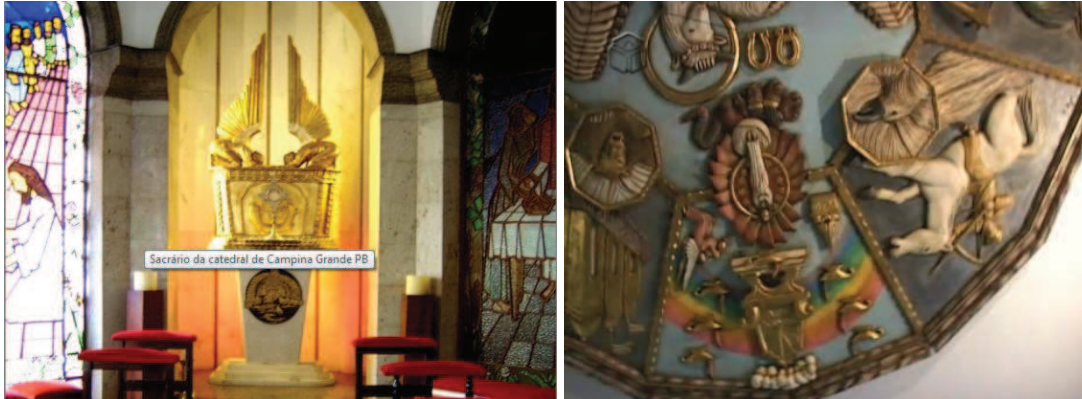


Figura 19. O Sacrário e o Medalhão encontrados na Capela do Santíssimo. Riqueza de detalhes.
Fonte: QUEIROZ, 2010.

Vale ressaltar que todas as obras encontradas na Capela do Santíssimo, bem como a Pia Batismal foram feitas por um Frei Cristão chamado Frei Dimas, Frade Capuchinho que desenvolve diversos trabalhos pelo Nordeste, ultimamente ele foi transferido para Garanhuns.

Observa-se, portanto, que a Catedral de Nossa Senhora da Conceição tem um grande acervo de obras sacras que dão vida ao sagrado de maneira artística. Sua importância como patrimônio da cidade de Campina Grande é indiscutível não só arquitetonicamente, mas principalmente histórica e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo concentrou-se no âmbito do patrimônio religioso, apoiando-se na influência da Igreja na formação urbana das cidades ao longo do tempo. Diante disso, constatou-se que a Igreja tem, além da função religiosa, um papel importante na preservação, transformação e atua para criar novas possibilidades para a cidade, numa autêntica missão cristã que tem como ponto preponderante a união das pessoas, estimulando uma ação de desenvolvimento não só urbano, mas social e político.

No entanto, através da pesquisa sobre o surgimento da Igreja, o pensamento que mais permeou foi saber qual seu significado da Igreja como religião e patrimônio. Diante disso, observou-se que conceitualmente, a Igreja é a reunião de pessoas com um único propósito, ou seja, confessar e manifestar sua fé em um só sacramento, geralmente, dentro ou no entorno da comunidade ou cidade. Por outro lado, a Igreja também é considerada como patrimônio da sociedade, assim definida pela presença como templo religioso e, também, sua arte sacra como símbolo da presença divina através da arte.

É preciso ressaltar que a Igreja Cristã sempre teve a finalidade de participar da vida, dos conflitos, dos temores e esperanças da sociedade de tal maneira que estas expressões concretas tivessem uma contribuição eficaz na convivência do homem com o meio. Desta forma, ela se tornou parte integrante das cidades ao longo do tempo. É impossível pensar na cidade sem Igreja.

Diante desse contexto, foi importante tal pesquisa, pois através de um contexto histórico foi possível vislumbrar a Igreja no seu início quando a missão era reunir as pessoas em torno das celebrações, o que fez surgir as “comunidades cristãs”, as quais durante os séculos I ao IV foram perseguidas e marginalizadas pelo Império Romano. No entanto, se organizou em estrutura e se fortaleceu. O fato preponderante na ascensão da Igreja foi a aceitação de Roma, tornando o cristianismo como religião oficial do Império.

Este fato fez com que a Igreja se tornasse imponente e poderosa, participando inclusive da vida política das cidades, tendo poder de voto e de veto nos assuntos oficiais. Sua influência durante, principalmente a Idade Média foi de poder paralelo que atuava como juiz em muitas causas legislativas.

Nesta época, a trajetória da Igreja se tornou ambígua, no que diz respeito à sua finalidade. Isso pode ser constatado durante o feudalismo, o qual a Igreja passou de heroica para ser vilã, pois tratava o povo com “mão de ferro” e cada vez mais aumentava seu

patrimônio material. Havia até reinos que eram comandados pela Igreja. Esta época ficou conhecida como a fase negra da Igreja.

Com esse crescimento, a Igreja sentiu a necessidade de se organizar. O Clero foi dividido em Secular e Regular, onde o primeiro tratava das questões administrativas e políticas da Igreja e o segundo criava e conservava as ordens religiosas que eram mais ligadas às questões espirituais, ou seja, pregava os valores cristãos.

Desta forma, a Igreja depois ocupar espaços importantes na Europa, se expandiu através dos mares, chegando ao Brasil no século XVI. Em terras “tupiniquins”, a Igreja teve um papel preponderante na colonização, fazendo parte da exploração do território brasileiro inicialmente para catequizar os índios e, depois, foi responsável pela criação das chamadas unidades urbanas que se transformavam em cidade.

Foi em torno da Igreja que as cidades brasileiras se desenvolveram. Muitas vezes, foi a própria Igreja que doou terrenos de sua propriedade para que fossem construídas casas e prédios na formação da cidade brasileira.

No que diz respeito à Campina Grande, a relação com a Igreja não foi diferente da origem das outras cidades brasileiras. A construção de uma Capela deu início aos trabalhos religiosos na então chamada “Campina Verde”. Sua finalidade era de catequizar índios e escravos e realizar celebrações para os colonos e os forasteiros que utilizavam aquela rota em suas viagens.

Contudo, foi mais além. Esteve presente em todas as etapas de construção de Campina Grande, tornando-se um marco no desenvolvimento da cidade, sendo até ponto de referência para a expansão urbana deste município. Esse fato é constatado através de Almeida (1978) que cita o Largo da Matriz como local acontecia toda movimentação comercial da cidade, como feiras, além das diversas festividades realizadas durante o ano todo.

Quando se transformou em Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja teve um novo papel dentro do cenário político de Campina Grande, com a presença de seus padres na Câmara Municipal, como se impunha a lei da época. Isso fez com que a Igreja, através dos religiosos fosse responsável direta por todas as ações que tinham relação com o desenvolvimento da cidade.

Outro fato importante para a Igreja de Campina Grande foi a reforma arquitetônica de 1885, pelo então Padre Luiz Francisco de Sales Pessoa – Monsenhor Sales – quando a Igreja foi beneficiada de forma que transformou a humilde Igreja, num dos mais belos e importantes Templos do Estado da Paraíba. A conclusão desta reforma aconteceu apenas dois anos mais tarde, em 1887.

A partir de então, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição passou a ter uma importância não só histórica e cultural, mas patrimonial com uma arquitetura barroca de grande valor artístico e um conjunto de arte-sacra com um simbolismo cristão inexorável.

Com o desenvolvimento urbano e a importância tanto política como comercial e industrial de Campina Grande, houve a necessidade de transformar a Paróquia em Diocese, tornando a então Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Catedral. Este fato aconteceu em 1949 durante o Papado de Pio XII.

A cidade cresceu e a Igreja também, no entanto, não apenas em sua arquitetura mais em importância social e eclesiástica, tendo a responsabilidade atualmente de conciliar os trabalhos religiosos de sessenta e uma paróquias, além de diversas instituições que são administradas direta e indiretamente pelo Bispo Dom Jaime e sua Equipe Diocesana.

Com relação ao patrimônio material da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, estão incluídas, além de sua arquitetura barroca exuberante que remete aos séculos XVI e XVII, as suas obras de arte-sacra que fazem daquele templo religioso um símbolo de reverência ao sagrado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Epgraf, 1983.
- ALVA, Blanca Beatriz Díaz. O papel da mulher no imaginário medieval. **IV Jornada de Estudos Antigos e Medievais**, Maringá-PR, 06 e 07 de Outubro de 2005
- ANDRADA, Bonifacio de. **Ciência política: ciência do poder**. São Paulo: LTr, 1998.
- ARAÚJO, Adriano; SOUSA, Emmanuel. **Retalhos históricos de Campina Grande**. 2010. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2010/04/memoria-fotografica-rua-vila-novada.html>>. Acesso em: 23 mar 2011.
- ARAÚJO, Adriene Pereira de. **Reforma religiosa e a Contra-Reforma**. 2006. Disponível em: <<http://www.juliobattisti.com.br/tutoriais/adrienearaujo/historia021.asp>>. Acesso em: 15 fev 2011.
- ARAÚJO, Suênia Maria Nascimento de. **Monumento: Catedral**. Campina Grande-PB: UEPB, 2007.
- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- BARBOSA, Rui da Silva. **Homens pobres e livres rebelam-se: Movimentos Sociais n século XIX**. 2008. Disponível em: <http://ruidasilvabarbosa.blogspot.com/2008_10_01_archive.html>. Acesso em: 02 abr 2011.
- BASÍLIO, Astier. Especial - A história de Campina Grande PB. Curiosidades. 2009. **Revista de Agronegócio Café**. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php>>. Acesso em: 12 mar 2011.
- BETIATO, Mario Antonio. Subsídios para o Ensino Religioso. **Informativo da ASSINTEC**, n. 22, Curitiba-PR, 2007.
- BÍBLIA SAGRADA – Tradução da CNBB – São Paulo: Editora Vozes, 2001
- BINOW, Isac. **O Conceito de Igreja – Una Sancta e Congregação Local**. São Paulo: Linden, 2009.
- BOY, Renato Viana. **A doutrina cristã no Ocidente através das representações artísticas do Cristo**. Ouro Preto-MG. Universidade federal de Ouro Preto, 2001.
- BUENO, Boanerges Waldemar. As grandes religiões. **Revista Abril Cultural**, São Paulo, v. 162, mai de 2010.
- CÂMARA, Epaminôndas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Edições Caravela, 1998.
- _____. **Os alicerces de Campina Grande: Esboço Histórico-Social do Povoado-Vila (1697-1864)**. Campina Grande: Secretaria Municipal de Educação e Edições, 1999.

COSTA, Rovílio. **A face italiana da Igreja do Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/face_italiana_igreja_brasil.pdf>. Acesso em: 18 jan 2011.

DELICATO, Cláudio Travassos. **Gênero e memórias: o relativismo das lembranças**. São Paulo: UNESP, 2010;

FEITOSA, Silvio. **Passarela da Catedral de Campina Grande**. 2008. Disponível em: <http://br.olhares.com/passarela_ca_catedral_de_campina_grande_foto2024757.html>. Acesso em 03 mai 2011.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 1838 p.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. Dossiê. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, a. 5, n. 10, pp. 154-189, jul-dez 2003.

GODIM, Borba de. **Igreja: casa de adoração a Deus**. Artigo. São Paulo: Ed. Visão, 2003

GUILOUSKI, Borres et al. **O significado da arquitetura sagrada**. 2009. Disponível em: <<http://www.assintec.org.br>>. Acesso em: 18 mar 2011.

HERMIDA, Antônio José Borges. **Povoados, vilas e cidades do Brasil Colonial – Resumo**. São Paulo: Villasboas, 2009.

JUSTINO, Dayane de Souza. **Entre fragmentos: Uma materialidade oxidante na simbologia da imagem**. Uberlândia-MG: UFU, 2004.

LEITE, Ricardo Moreira. **Oração da igreja e o trabalho do Espírito Santo**. Artigos. São Paulo: Imaginar, 2010.

LIMA, Damião de. **Sobre a história de Campina Grande: Campina linda e grande (Parte I e II)**. 2009. Disponível em: <http://sergiokbsa.blogspot.com/2009_08_01_archive.html>. Acesso em 12 abr 2011.

MANÇANARES, Bárbara Pereira. **A Arquitetura do Cristianismo no primeiro milênio: Arte sacra e Cristo Pantocrátor**. 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/ic34.pdf>>. Acesso em: 12 mai 2011.

MARQUES, Adhemar et al. **História Moderna Através de Textos**. São Paulo: Contexto, 2000.

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. **Revista Urutágua – Acadêmica Multidisciplinar**, Rio de Janeiro, n. 21, mai/jun, 2010.

MEDEIROS, Inácio. **Caminhando pela história da Igreja**. São Paulo: PUC, 2006.

MICELLI, Paulo. **O feudalismo**. 28 ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Atual, 2004.

MILANI, Eliva de Menezes. **Igrejas católicas**. Artigo. 2008. Revista Lume arquitetura. Disponível em: <http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/ed32/ed_32_Artigo.pdf>. Acesso em: 12 mai 2011.

MUHAMMED, Olinuap Onabra. **O Renascimento e Reforma Religiosa**. 2009. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/1474654>>. Acesso em: 18 de jan 2011.

MUNFORD, Lewis. **As Cidades na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 65-82, set/dez, 2007.

NEVES, André Lemoine. Território: o pensamento sobre a cidade no Renascimento e seus reflexos em Portugal – séculos XV-XVII. **Humanae**, v.1, n.3, p.27-43, Dez de 2009.

NORTON, João. **A igreja na cidade**. 2010. Disponível em: <<http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=77697>>. Acesso em: 22 jan 2011.

OLIVEIRA, Júlio César Mélo de. **Campina Grande: a cidade se consolida no século XX**. João Pessoa: UFPB, 2007.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. v. 1 e 2. João Pessoa: A União, 1993

PACKER, J.L., TENNEY, M. C. WHITE JR, W. **O mundo do Novo Testamento**. 18 ed. São Paulo: Editora Vida, 2006.

PINTO, Valderli Evangelista. **Igreja Matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem: um patrimônio cultural do município de Lagoa Grande**. 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph.PDF>. Acesso em: 12 mai 2011.

PORTAL EMDIV. **As Catedrais: Expressão Máxima da Arquitetura Cristã**. 2008.. Disponível em: <<http://www.emdiv.com.br/pt/arte/enciclopediaarte/742-as-catedrais-expressao-maxima-da-arquitetura-crista.html>>. Acesso em: 23 abr 2011.

PORTO, Francisco Evangelista. **O mapa da cidade: o papel das políticas públicas e sua relação com o crescimento urbano da cidade em Campina Grande-PB**. Campina Grande-PB: UEPB, 2007

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Ed. Ática, 2009.

QUEIROZ, Saulo. Arte Sacra. **Programa Diversidade**. Mídia da TV Itararé. Campina Grande-PB, 2010.

RIBEIRO, Daniel Valle. **A cristandade do ocidente medieval**. Discutindo a História. São Paulo: Atual, 1998.

RIBEIRO, Enos Omena. Análise estilística e formal do Altar-Mor. **Revista Brasileira de Arqueometria Restauração Conservação**. Edição Especial, n. 1, MARÇO 2006.

ROCHA, Ronaldo Henrique Giovanini. A Influência da Igreja Católica nas Políticas Urbanas nas Minas Gerais. Artigo. Belo Horizonte-MG: PUC, 2008.

_____. **A Igreja Católica e sua influência nas políticas urbanas nas Minas Setecentistas**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte-MG: PUC, 2010.

SANTANA, Ana Lucia. **Arte Sacra**. Artigo. São Paulo: PUC, 2007.

SANTOS, Juberto. **A Igreja Primitiva (30 d.C - 313 d.C)**. 2002. Disponível em: <<http://www.catequisar.com.br/texto/colunas/juberto/01.htm>>. Acesso em: 29 jan 2011.

SCHMALZ, Alfredo Carlos. **A Sesmaria**. 2007. Disponível em: <revistadireito.asc.es.edu.br/seer/lab18/ojs/.../getdoc.php?id...pdf>. Acesso em: 12 mar 2011.

SILVA, José Ariovaldo da. **O uso do altar para a Celebração Eucarística**. 2010. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/teologiacelibracao.htm>>. Acesso em: 12 mai 2011.

SIQUEIRA, Armando Augusto; BARROS, Luiz Henrique Assis de; FONSECA, Manoel Felipe Batista da; FREIRE, Roberto Luiz de Carvalho; FRANÇA Wanderson Édipo de. **As cidades na Idade Moderna Ocidental**. Recife-PE: UFPE, 2009.

SOARES, José. **Cerimonial dos Bispos**. 2009. Disponível em: <www.regiaolapa.org.br/site/?secao=sender&sub=downloadArquivo>. Acesso em: 12 abr 2011.

SOBRINHO, João Alves. **História de Campina Grande em versos**. Campina Grande: Academia Brasileira de Literatura de Cordel, 2004.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, a./v. 23, n. 46, p. 61-92, 2003.

SOUSA, Rainer. **Igreja na Idade Média**. 2009. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/igreja-na-idade-media.htm>>. Acesso em: 23 jan 2011.

TAVARES, Anderson de Sousa. **Catedral de Nossa Senhora da Conceição**. Breve estudo. Campina Grande: UEPB, 2007.

VIOLA, Frank A. **Cristianismo pagão: A Origem das Práticas de Nossa Igreja Moderna**. Trad. Railton de Sousa Guedes. EUA: Present Testimony Ministry, 2005.

WATTERSON, William. **A Igreja e as igrejas**. São Paulo: Editora Sã Doutrina, 2007.

ZANCHETT, Nicéas Romeo. **A primeira igreja cristã do mundo**. 2009. Disponível em: <<http://www.textolivre.com.br/artigos/15739-a-primeira-igreja-crista-do-mundo>>. Acesso em: 02 fev 2011.